

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA LUISA DINIZ FERREIRA

**CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E USO ABUSIVO DE PSICOATIVOS
(DROGAS): Reflexões a partir do debate no Serviço Social.**

**MARIANA – MG
2019**

ANA LUISA DINIZ FERREIRA

**CRISE ESTUTURAL DO CAPITAL E USO ABUSIVO DE PSICOATIVOS
(DROGAS): Reflexões a partir do debate no Serviço Social.**

Monografia entregue ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Claudio H. M. Horst.

**MARIANA – MG
2019**

F383c Ferreira, Ana Luisa Diniz.
Crise estrutural do capital e uso abusivo de psicoativos (drogas)
[manuscrito]: reflexões a partir do debate no Serviço Social. / Ana Luisa Diniz
Ferreira. - 2019.

91f.: il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Drogas - Teses. 2. Drogas - Abuso - Teses. 3. Serviço social - Teses. 4.
Economia social - Teses. I. Horst, Claudio Henrique Miranda. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 330.342.146

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

“CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E USO ABUSIVO DE PSICOATIVOS
(DROGAS): REFLEXÕES A PARTIR DO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL”.

ANA LUISA DINIZ FERREIRA

ORIENTADOR: CLAUDIO HENRIQUE MIRANDA HORST

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 12/07/2019


Dr. Claudio Henrique Miranda Horst


M^a. Raquel Mota Mascarenhas


M^a. Rafaela Bezerra Fernandes

Dedico este trabalho a todos que mesmo diante da conjuntura adversa continuam lutando pela defesa dos direitos das minorias excluídas e criminalizada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo apoio, carinho e dedicação durante esses quatro anos de graduação e por não medirem esforços para que esta conquista fosse possível. Agradeço em especial a minha mãe por ser minha inspiração de garra e determinação.

A todos os docentes do curso que contribuíram para a minha formação, por todos os conhecimentos que nos são passados com tanta dedicação. Agradeço em especial a Prof^a M^a Rafaela Fernandes e a Prof^a M^a Raquel Mascarenhas por prontamente aceitarem ao convite para participar da banca de defesa deste trabalho.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Claudio Horst, por se dispor a me orientar com toda atenção, paciência e boa vontade durante este processo.

A todos os amigos que a UFOP me trouxe e que me acompanharam durante os anos de graduação.

A toda equipe do CRAS Ouro Branco, que me receberam de braços abertos e que me fizeram sentir parte da equipe durante todos os períodos de estágio. Obrigado por me mostrarem o real sentido da profissão. Agradeço em especial, a minha supervisora de campo Michela Souza, por toda a atenção e paciência ao transferir seus conhecimentos. Sou muito grata pela experiência de conviver com profissionais tão dedicados e comprometidos com o seu trabalho.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para que mais essa etapa fosse vencida.

*Ta vendo aquele truta parado ali;
Bolando ideia com os mano na esquina;
É envolvido com crack, maconha e cocaína;
Tirou cadeia, cumpriu a sua cota;
Pagou o que devia mas agora ele ta de volta;
Saudades da quebrada, da família;
Coração amargurado pelo tempo perdido na ilha;
Se levantar agora é só, nada mais importa;
Louco é mato, ta cheio no morro não falta;
Esses anos aguardou paciente;
O limite é uma fronteira criada só pela mente;
Conta com o que ficou e não com o que perdeu;
Quem vive do passado é memória, museu;
Dinheiro, segredo, palavra-chave;
Manipula o mundo e articula a verdade;
Compra o silêncio, monta a milícia;
Paga o sossego, compra a política;
Aos olhos da sociedade é mais um bandido;
E a bandidagem paga o preço pela vida;
Vida entre o ódio, a traição e o respeito;
Entre a bala na agulha e a faca cravada no peito;
(Crime vai e vem – Racionais Mc's)*

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar reflexões acerca do consumo abusivo de substâncias psicoativas no contexto da crise estrutural que atravessa o modo de produção capitalista, se apoiando nos debates teóricos do Serviço Social sobre a temática das drogas. Para alcançar tais objetivos, realizou-se um resgate histórico desde as civilizações primitivas até o momento em que as substâncias psicoativas passam a ser mercantilizadas. Posteriormente, apresentou-se os as condições e particularidades da crise estrutural. O estudo foi elaborado a partir de pesquisa documental e análise dos dados obtidos durante o levantamento dos artigos presentes nos CD-ROM do XV ENPESS – 2016 e XVI ENPESS 2018. Através dos resultados obtidos na análise foi possível identificar como a referida temática está sendo abordada dentro das produções do Serviço Social, concluindo-se que é necessária a ampliação dos debates voltados para esse tema, garantindo a efetivação da formação continuada e atuação profissional pautada nos princípios do projeto ético-político e hegemônico da profissão.

Palavras-chave: Substâncias psicoativas. Crise Estrutural. ENPESS.

ABSTRACT

The present work proposes to make reflections on the abusive consumption of psychoactive resources in the context of the structural crisis on the mode of capital production, relying on the debates about Social Service on the subject of drugs. Such events were performed, were performed as the first occurrences from the beginning until the moment they were psychoactive and became commodified. Subsequently, it presented the conditions and specificities of the structural crisis. The study was based on documental research and analysis of data obtained during the collection of the articles present in the CD-ROM of the XV. The conclusion of the need for a broader debate on this theme, guaranteeing the effectiveness of continuing education and professional achievement in the same fields of the political and hegemonic project of the profession.

Keywords: psychoactive substances. Structural Crisis. ENPESS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social

ANDES – Sindicato Nacional dos docentes das instituições de ensino superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CENTRO POP- Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAD - Centro de Referência Estadual de Álcool e Drogas

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CONAD - Conselho Nacional de Política sobre Drogas

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

ENPESS - Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social

EUA – Estados Unidos da América

HIV/AIDS - Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immune Deficiency Syndrome

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

LSD - Lyserg Säure Diethylamid (Dietilamida Do Ácido Lisérgico.)

PSL – Partido Social Liberal

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

SECOD – Sistema de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas

SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SNC - Sistema Nervoso Central

SPA – Substâncias Psicoativas

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

THC - Tetra-Hidrocanabinol

UFES - Universidade Federal do Espírito Santos

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo Geral	21
1.2 Objetivos Específicos	21
1.3 Metodologia	21
2 PROCESSO HISTÓRICO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	25
2.1 Civilizações primitivas: os primeiros indícios de uso de substâncias psicoativas	25
2.2 A crise estrutural do capital e a relação com o consumo abusivo de psicoativos na contemporaneidade	33
3 SERVIÇO SOCIAL, IDEOLOGIA DO PROIBICIONISMO E CONSUMO DE PSICOATIVOS	44
3.1 Ideologia do proibicionismo	49
4 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE DROGAS (PSICOATIVOS) NOS ARTIGOS DOS ENPESS DE 2016 E 2018	57
4.1 XV ENPESS (2016)	59
4.2 XVI ENPESS (2018)	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6 REFERÊNCIAS	77
7 ANEXOS	81

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo objeto de pesquisa a ser discutido nessa monografia surgiu a partir das reflexões acumuladas durante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. A crise estrutural do capital é um assunto abordado desde as primeiras disciplinas e que gera inúmeras inquietações. Junto a isso, temos o contato com situações diárias e próximas da nossa realidade que nos leva a pensar: de que forma a teoria vista na graduação está relacionada com essa realidade?

Esse questionamento fica ainda mais patente quando pensamos nas duas vertentes que se contradizem no que diz respeito a essa questão. Por um lado, temos a emergente necessidade de se discutir sobre a questão do *uso abusivo de psicoativos* e como ainda é insuficiente a sua abordagem nas disciplinas da graduação. Por outro lado, é visível a presença e importância de discussões acerca desse assunto no *cotidiano profissional das/os Assistentes Sociais*, uma vez que ainda há casos de atuações moralizantes e conservadoras por parte de algumas profissionais, que, apesar da importância na construção do acesso a garantia dos direitos – principalmente em relação a essa parcela da sociedade que sofre com os diversos estigmas – vem encontrando desafios na construção de um exercício profissional mediado pelo Projeto Ético-Político.

Outro momento que despertou nosso interesse pela temática foi no estágio obrigatório realizado no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da cidade de Ouro Branco. Esse espaço sócio-ocupacional faz parte da modalidade de proteção básica, prevista no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Serviço de Enfrentamento ao Crack e outras drogas (SECOD) é um serviço que acontece dentro do espaço físico do CRAS, tendo como referência essa localidade e tem como objetivo oferecer apoio e orientação a dependentes químicos e seus familiares.

Os atendimentos são feitos por uma assistente social de referência, que possui especialidade em dependência química juntamente a dois especialistas que supervisionam o serviço. Aos familiares dos dependentes químicos assistidos pelo serviço são oferecidos o acolhimento, atendimento e orientação em Dependência

Química e encaminhamento para Grupos de Apoio. Ao dependente químico é oferecido o acolhimento, triagem, atendimento individual, orientação e intervenção em Dependência Química, encaminhamento para tratamentos especializados e internação em comunidades terapêuticas¹. O SECOD é credenciado ao SOS Drogas, vinculado a Subsecretaria Estadual de Políticas Sobre Drogas, e se tornou um ponto de atendimento credenciado ao Centro de Referência Estadual de Álcool e Drogas – CREAD.

O contato com os serviços do SECOD oferecido no campo de estágio, mesmo que de forma indireta contribuiu significativamente para despertar o interesse pela temática a ser trabalhada. Uma vez que o SECOD e o CRAS realizam um trabalho paralelo de acompanhamento dos dependentes químicos e suas famílias, que estejam vivenciando as mais diversas expressões da “questão social”. Sendo assim, todo esse processo nos indaga a buscar respostas para as reflexões levantadas durante o nosso cotidiano acerca desta discussão. O intuito desse estudo é analisar o processo de desencadeamento que levou o modo de produção capitalista a atravessar esse estágio de crise estrutural, visto que, antes era marcado pelas tradicionais crises cíclicas, caracterizadas por períodos de ascensão e recessão nas taxas de lucratividade. Dessa forma, o ponto inicial dessa monografia se constituirá na realização de um resgate histórico do uso das substâncias psicoativas e sua trajetória desde os primórdios da sociedade, onde era utilizado para fins medicinais e culturais até sua passagem para a ótica econômica.

Em seguida será realizada a apresentação do contexto que levou a emergência da crise estrutural do capital. O foco temporal da monografia é o capitalismo contemporâneo, bem como seus processos de produção e reprodução na esfera social uma vez que estes constituem o contexto sobre a qual a problemática desta pesquisa é posta.

A crise estrutural que o modo de produção capitalista atravessa é analisada por Mészáros (2009, p.?) como uma "crise estrutural do sistema metabólico do capital" afetando todas as esferas da produção e reprodução social. Mészáros

¹ Sobre o posicionamento do CFESS em relação a atuação dos Assistentes Sociais, nas comunidades terapêuticas, ver mais em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioCFESS-ComunidadesTerapeuticas2018-Site.pdf>>

(2009), em seus estudos já chamava atenção para a emergência de uma nova fase da crise capitalista.

Essa crise estrutural reflete diretamente em nosso cotidiano, sendo perceptível o acirramento da contradição capital x trabalho, resultando no alargamento das expressões da “questão social”, trazendo junto a elas o desmonte dos parques direitos da classe trabalhadora, o desemprego estrutural e, conseqüentemente, a expansão do exército industrial de reserva, aumento da precarização das condições de trabalho e de vida. Todas essas questões nos intrigam e nos levaram a pensar sobre qual relação direta ou indireta, essa crise tem com o uso *abusivo* de psicoativos e de que forma se dá essa relação. Afinal, conforme apontou Minayo (2001, p.17), “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Sabemos que, ainda são escassas as produções existentes acerca desta temática que se vincule ao Serviço Social brasileiro e que principalmente se aproprie da “abordagem ontológica da tradição marxista” (BRITES, 2017, p.19), levando os profissionais do Serviço Social a se apoiarem em produções voltadas para outras áreas de estudo, principalmente na saúde, focalizada na saúde mental. Estes, em sua grande maioria são abordados nas produções teóricas sob uma ótica conservadora, colocando-se na contramão do contexto de como o Serviço Social e os profissionais da área precisam captar e colocar em prática durante a atuação profissional seja na esfera das abordagens e intervenções nos espaços sócios ocupacionais ou das políticas públicas.

Brites (2017), em seus estudos nos chama atenção para a necessidade de compreendermos o uso de substâncias psicoativas como uma “*prática social historicamente determinada*”, situando-a na “*complexidade de mediações inscritas nas práxis do ser social*”. Ou seja, que é imprescindível que a prática de consumo de substâncias psicoativas seja analisada como “*prática inscrita na totalidade do ser social e vinculada ao sistema de necessidades socialmente produzidas*” (BRITES, 2017, p.19).

Nessa direção, tal compreensão nos remete a uma abordagem que se apropria da leitura realizada por Lukács sobre a ontologia do ser social. E nesse sentido:

A apreensão do ser social na sua totalidade unitária como ser singular e genérico e, ao mesmo tempo, a apreensão das consequências éticas e políticas das escolhas alternativas de valor dos indivíduos sociais, especialmente no âmbito do trabalho profissional e, particularmente em face do consumo de psicoativos (BRITES, 2017, p.28).

É a partir da década de 1970, que ocorre o processo de complexificação das abordagens acerca do consumo de substâncias psicoativas em decorrência da própria complexificação pela qual os consumos dessas substâncias atravessaram. A mudança nas características da produção, circulação e consumo de psicoativos aconteceram simultâneo as transformações no modo de produção capitalista, marcada pela passagem do fordismo à acumulação flexível. Neste novo estágio, a produção é acompanhada pelos avanços da tecnologia e pela inserção dos “mecanismos organizacionais ao processo produtivo”, garantindo a ampliação dos domínios do capital sob a produção, remodelando os padrões de circulação e consumo.

Embora, as produções teóricas sobre o uso de psicoativos tenham se ampliado na área das ciências humanas nos últimos anos, no âmbito do Serviço Social ainda é necessário desenvolver e oferecer aos assistentes sociais abordagens que se aproximem dos fundamentos teóricos metodológicos do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro. É sob essa perspectiva, que se mostra necessária a produção de abordagens teóricas e reflexões acerca dos desafios e obstáculos postos à atuação dos profissionais no cotidiano da profissão. Nesse sentido, as abordagens sob a perspectiva ontológica é capaz de contribuir para que a atuação dos profissionais do Serviço Social esteja cada vez mais em consonância com as demandas históricas das classes trabalhadoras, aqui, particularmente com a fração usuária de psicoativos.

Nessa direção, a fim de demonstrar nossa **relevância científica** realizamos um levantamento nas Revistas de periódicos do Serviço Social Brasileiro, acerca da temática: consumo abusivo de substâncias psicoativas e crise estrutural do capital. O propósito foi identificar de que forma essa temática vem sendo estudada no âmbito da profissão. Desta forma, para realizar essa busca selecionamos as revistas

de extrato A². Sendo as seguintes: Revista Katálysis (UFSC), Revista Serviço Social & Sociedade (PUC-SP), Argumentum (UFES), Revista em Pauta (UERJ), Revista de Políticas Públicas da UFMA (UFMA), Revista Ser Social (UNB) e por fim Revista Texto e contextos (PUC-RS).

A partir dessa seleção, usamos as seguintes palavras chaves durante a busca: drogas, substâncias psicoativas, psicoativos, substâncias psicotrópicas, drogas ilícitas e crise estrutural. Tivemos êxito em apenas três revistas, encontrando no total *treze artigos*, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Levantamento dos artigos nos periódicos A1 e A2 do Serviço Social Brasileiro.

Nome da Revista:	REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE			
Autor/a	Título do Artigo	Ano da publicação	Palavras-Chave	Resumo
ROCHA, Andréa Pires.	Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas	2013	Proibicionismo. Adolescentes. Tráfico de drogas. Criminalização da pobreza. ECA. Lei Antidrogas (Sisnad).	O proibicionismo, a "guerra às drogas" e a criminalização da pobreza são elementos situados no âmbito político e ideológico, se materializam na luta de classes e são utilizados para o controle social. Mostramos a partir de alguns trechos de sentenças judiciais e manifestação do Ministério Público, o quanto os discursos ideologizados justificam a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas, colocando-os como inimigos sociais sem considerar as contradições e riscos que são submetidos cotidianamente.
MARTINS, Vera Lúcia.	A política de descriminalização de drogas em Portugal	2013	Drogas lícitas. Drogas ilícitas. Legalização das drogas. Descriminalização das drogas.	O texto procura apresentar uma análise da política de descriminalização das drogas em Portugal, apontando as principais mudanças ocorridas com a entrada em vigor da Lei n. 30/2000. Apresenta ainda argumentos do constitucionalista liberal norte-americano Gleen Greenwald em defesa da política

² O Qualis Capes é um sistema que faz a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros, no que diz respeito aos artigos publicados em diversos periódicos, revistas, anais e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento. O método de análise foi criado para classificar a qualidade dos artigos *stricto sensu* e das pesquisas científicas. Como resultado, uma lista com a classificação é disponibilizada e pode ser acessada por quem deseja conhecer os periódicos que apresentam um bom conteúdo.

				portuguesa e do sucesso obtido por Portugal na era pós-descriminalização das drogas.
RYBKA, Larissa Nadine; do e GUZZO, Raquel Souza Lobo.	Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista.	2018	Crime; Direitos humanos; Drogas; Medicalização.	A crítica ao proibicionismo, paradigma de política de drogas globalmente hegemônico, tem como ponto de partida a emergência da própria “questão das drogas”, em âmbito internacional, há aproximadamente um século. As motivações, as estratégias e os desdobramentos desse paradigma serão analisados em torno dos dois eixos que o constituem: a medicalização e a criminalização (ambos associados a questões morais profundamente arraigadas nas sociedades que o adotaram. O presente artigo se deterá nas particularidades do processo brasileiro, desde a implantação do proibicionismo, no início do século XX, até a sua configuração atual de “guerra às drogas”, engendrada nos anos 1960. Nessa trajetória, a partir dos anos 1970, vozes dissonantes oriundas de diversos campos de conhecimento e de ação política têm se erguido. A explicitação dos objetivos não declarados da “guerra às drogas” (que a tornam, afinal, vitoriosa) e a construção de políticas públicas alternativas por esses atores têm gerado tensões e fissuras importantes na política de drogas vigente
Hiago Trindade	Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo	2017	Crise do capital; Exército industrial de reserva; Precariado.	O artigo que ora apresentamos almeja compreender, nos marcos da crise estrutural do capital e do leque de mudanças que se espraiam em todas as dimensões da vida social, como as alterações processadas no modo de produção capitalista têm modificado a forma de ser e existir da classe trabalhadora em geral e do exército industrial de reserva mais particularmente, destacando o lugar ocupado pelo que vem sendo denominado precariado nesse espaço.

Nome da revista	ARGUMENTUM			
Autor/a	Título do Artigo	Ano da publicação	Palavras Chave	Resumo
Rita Cássia Cavalcante, Adriana Pereira	Políticas sociais sobre drogas: um objeto para Serviço Social brasileiro	2015	Proibição às drogas. Hegemonia crítica.	Diferentes atores, interesses e ideias estão em discussão no campo político sobre qual é a melhor política de drogas a ser implementada pelo governo

Fonseca, Andréa Pires Rocha, Juliana Batistuta Vale			Políticas sociais. Serviço Social	brasileiro. Uma combinação desigual de forças se explicita na atualidade em direções antagônicas: de um lado, aumentam-se os efeitos do proibicionismo às drogas e sua consequente política criminal associada às configurações da privatização do fundo público; e de outro, cresce a organização política para resistir e lutar para reinventar uma nova sociabilidade não criminalizada com os usos das drogas. A prática, investigação e lutas do Serviço Social brasileiro participam dessa crítica hegemonia da área das drogas.
Rita Cássia Cavalcante Lima, Priscilla Tavares	Desafios recentes às políticas sociais brasileiras sobre as drogas: enfrentamento ao crack e proibicionismo.	2012		O texto discute algumas tendências das políticas sociais brasileiras sobre drogas, em meio ao proibicionismo de algumas substâncias tornadas ilícitas, cuja recente tomada do crack como objeto da agenda pública gerou o fortalecimento, por um lado, de atores tradicionais como as comunidades terapêuticas religiosas e, por outro lado, da rede pública de saúde, saúde mental e assistência social. Fontes documentais do Governo Federal, a partir de 2007, são analisadas até os recentes editais para o enfrentamento do crack, descortinando a tensão entre os atores e a disputa pela autoridade sobre quem deve cuidar do usuário de drogas e sobre a alocação do fundo público.
Carlos Eduardo Martins Torcato, Tiago Magalhães Ribeiro	Governamentalidade e usos de drogas no Brasil	2015	Governamentalidade; Drogas; Michel Foucault	As discussões realizadas por Michel Foucault sobre 'governamentalidade', no final dos anos de 1970 e início dos 1980, têm inspirado análises recentes sobre a questão das drogas na sociedade brasileira. Este artigo pretende apresentar e discutir algumas questões epistemológicas presentes nestas discussões, contrapondo a evolução desse conceito às formas como ele foi apropriado no Brasil. Com base na crítica desenvolvida pela história social em torno de um suposto estruturalismo existente em suas considerações, mostrar-se-á que as reflexões acerca do conceito de 'governo de si' foram uma forma encontrada por esse autor para pensar a relação da agência com as práticas discursivas. Finalizamos apresentando as considerações que o próprio Foucault desenvolveu sobre as drogas a partir das posições epistemológicas

				apresentadas.
Andréa Pires Rocha	Relações de trabalho no narcotráfico: exploração, riscos e criminalização.	2015	Narcotráfico; drogas proibidas; força de trabalho; proibicionismo; guerra às drogas.	Entendemos as drogas ilícitas como mercadorias que dependem de processos de trabalho para produção, distribuição e circulação, lucrando com a exploração da força de trabalho humana. O presente artigo traz parte da discussão teórica que fundamentou as análises empíricas da tese de doutorado que estudou as trajetórias de adolescentes que são explorados como “mulas” do transporte de drogas proibidas na rota de tráfico proveniente da fronteira Brasil-Paraguai. Mostramos como o proibicionismo agrega valor à droga-mercadoria e permite que as relações estabelecidas no interior do narcotráfico sejam regidas por regras próprias e, muitas vezes, violentas. Problematizamos a exploração da força de trabalho no negócio das drogas, demonstrando como a criminalização dos jovens pobres trabalhadores do narcotráfico é uma das materializações da hipócrita “guerras às drogas”.
Clécio Lemos, Pablo Ornelas Rosa	No caminho da rendição: cannabis, legalização e antiproibicionismo.	2015	Cannabis. Legalização. Descriminalização. Drogas. Uruguai.	Apresenta o insucesso da guerra às drogas e do proibicionismo como uma verdade comprovada, partindo com foco na política sobre cannabis como o primeiro passo para o grande processo de legalização das drogas. Analisa algumas das principais propostas de legalização e a experiência recente no Uruguai, fornecendo bases sobre vários aspectos para um debate racional sobre o tema.

Isabela Bentes	“Ponham as cartas na mesa e discutam essas leis”: a luta pela legalização da maconha no Brasil	2015	Antiproibicionismo, Movimentos Sociais, Marcha da Maconha, Legalização, Maconha	O presente ensaio vem trazer à tona a discussão acerca da política de drogas adotada no Brasil. Situando historicamente a história da proibição de determinados psicoativos, o debate posto traz à tona o caráter político fundamental das manifestações em favor da legalização das drogas. Retratando especificamente os movimentos sociais, é trazido para o centro do debate o percurso histórico do movimento antiproibicionista no Brasil expresso através da Marcha da Maconha, e sua definição enquanto movimento social e as fundamentações teóricas que embasam tal conceituação. O imbricado dessas relações será abordado ao longo deste artigo, sendo permanentemente incitada a pergunta: “e porque não legalizar?”
Sandro Eduardo Rodrigues, Fernando Rocha Beserra.	Drogas pesadas em discussão no Primeiro Seminário sobre Psicodélicos do Rio de Janeiro	2015	Drogas psicodélicas; redução de danos; políticas de drogas	O artigo problematiza a produção de danos pelo modo como o proibicionismo vem abordando a relação humana com substâncias psicodélicas, que levou à necessidade de promoção de um debate clínico-político, realizado através do Primeiro Seminário sobre Psicodélicos do Rio de Janeiro. Com base em tal debate, o texto introduz uma terminologia sobre psicodélica e apresenta alguns aspectos da história de dois fármacos psicodélicos – o LSD e o MDMA – que colocam em xeque notícias de surgimento de novas drogas pesadas ou perigosas em si mesmas. Apostando na redução de danos como paradigma e diretriz das políticas de cuidado, o seminário ressaltou a necessidade urgente de se dar relevo aos aspectos pessoais (set) e ambientais (setting) na determinação da qualidade das experiências de usuários de drogas.

Nome da Revista:	EM PAUTA			
Autor/a	Título do Artigo	Ano de publicação	Palavras-Chave	Resumo
Pablo Polese	Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital	2016	capital; capitalismo; crise; crise estrutural; produção destrutiva	Desenvolvo, neste artigo, os principais conceitos e categorias de análise que, articulados, fundamentam a teoria de Mészáros, segundo a qual o capitalismo estaria, desde os anos 1970, em “crise estrutural”. Dentre tais conceitos, destaca-se o de “linha de

				menor resistência”, o de “ativação dos limites absolutos do capital”, o de “produção destrutiva” e o de “taxa de utilização decrescente”, além do conceito de “incontrolabilidade ontológica do capital”. Ao tematizar a crise estrutural em Mészáros, acabo por estabelecer um diálogo oculto com outro teórico da crise estrutural, Robert Kurz.
Paulo César Pontes Fraga	A geopolítica das drogas na América Latina	2007	Política de drogas; proibicionismo; geopolítica; democracia.	: Este texto analisa a política de drogas norte-americana, com seu enfoque proibicionista e intervencionista por vias diplomáticas, econômicas e militarizadas em países da América Latina (Bolívia, Colômbia e outros), como parte de sua geopolítica no continente. O autor identifica em tal política de drogas a continuidade de uma estratégia intervencionista sobre os países da região. A democracia na América Latina tem, assim, como um dos pontos fundamentais de sua agenda, a forma como os governos locais enfrentarão a política de drogas interna e externamente ao seu território.

Fonte: Elaboração Própria.

Durante o levantamento dos artigos, foi constatado que embora existam trabalhos que discutam o uso abusivo de substâncias psicoativas, tendo inclusive duas edições na Revista Argumentum voltadas para a temática, essas não discutem de forma direta a relação do uso abusivo de psicoativos com a crise estrutural do capital, ainda que alguns artigos relacionem com o cenário econômico e político. Considerando a nossa busca – ainda que apenas nas revistas A, apontamos para a relevância científica que essa monografia possui, pois os resultados obtidos nas reflexões a serem desenvolvidas aqui poderão agregar importantes contribuições para o Serviço Social.

Para além da relevância científica, esta monografia visa contribuir para a atuação profissional dos (as) Assistentes Sociais, seja ela no atendimento aos usuários (as) que fazem uso abusivo ou na esfera da prevenção uma vez que esse trabalho abarca também a família e a comunidade, demandando o envolvimento de toda a rede multiprofissional, o que demarca nossa **relevância social**. Além desses atendimentos, os profissionais do Serviço Social desenvolvem papel importante no planejamento e efetivação da Política Nacional de Antidrogas, representação em

conselhos e demais políticas públicas que visem à garantia dos direitos dessa parcela da população. A atuação dos Assistentes Sociais demanda cada vez mais aprofundamento sobre a temática.

Além disso, é importante que a sociedade e os próprios usuários tenham conhecimento acerca da temática, uma vez que essa monografia possa contribuir na desmistificação dos estigmas que são postos às pessoas usuárias de psicoativos, rotulados como “drogados”, “viciados”, resultando na sua marginalização e banalização do convívio social, anulando assim todas as suas outras características e qualidades.

Nesse sentido, a partir dos elementos expostos até aqui, formulamos a seguinte pergunta/problema de pesquisa: Qual a relação da crise estrutural do capital com o consumo abusivo de substâncias psicoativas?

A partir da pergunta acima elaboramos os seguintes objetivos.

1.1. OBJETIVO GERAL:

Analisar a relação entre a crise estrutural do capitalismo contemporâneo e o uso abusivo de substâncias psicoativas na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1) Apresentar a concepção de crise estrutural do capitalismo contemporâneo, visando apreender de que forma está estruturada;

2) Identificar de que forma as expressões da “questão social”, resultado da contradição capital x trabalho influem sobre o uso abusivo das substâncias psicoativas;

3) Analisar os artigos publicados sobre a temática “drogas” nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) referente aos anos de 2016 e 2018.

1.3 METODOLOGIA

Para responder os tais objetivos utilizamos como método o Materialismo histórico dialético, viabilizando assim uma apreensão crítica acerca da realidade.

Para Marx (1888), “a essência humana é o conjunto das relações sociais”, ou seja, ele buscou compreender a história real dos seres sociais a partir das condições materiais nas quais vivem. Marx compreende a história, como algo transitório e em movimento e que pode ser transformada pela ação humana. Desta forma, será possível analisar a realidade dos usuários de substâncias psicoativas sem distanciá-la do processo das relações sociais presentes no modo de produção capitalista contemporâneo.

Realizamos uma pesquisa documental, essa de acordo com Gil (1999), se difere da pesquisa bibliográfica, já que “a pesquisa documental usa-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa” (GIL, 1999, p.73). Realizamos a leitura e análise dos artigos dos ENPESS dos anos de 2016 e 2018. De acordo com Gil tais artigos se encaixam na classe “dos documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados” (GIL, 1999, p. 73).

Quanto ao processo de análise dos artigos, realizaremos uma análise de conteúdo. Segundo Bardin (1997) a análise de conteúdo pode ser compreendida como:

Técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Para a análise de conteúdo, segundo a autora, são previstos três passos fundamentais:

Pré-análise: Esta fase se caracteriza pelo processo de escolha dos documentos que serão submetidos a análises, envolvendo uma leitura breve leitura dos mesmos. É o momento de definição dos objetivos que orientarão a interpretação dos dados obtidos.

Exploração dos materiais: Nessa fase, já com os objetivos definidos e os documentos para análise definidos, é o momento de efetivação dos objetivos traçados na primeira fase, de realizar uma leitura minuciosa sobre os documentos. Ainda nesta fase, devem ser adotados “procedimentos de codificação, classificação e categorização” dos dados obtidos, “que confirmam ou modificam aquelas

presentes nas hipóteses e referenciais teóricos inicialmente propostos”. (BARDIN, 1999, p. 100)

Tratamento dos resultados e interpretação: Neste terceiro momento, após a análise dos documentos, o “pesquisador procurará torná-los significativos e válidos”. Utilizando para isso técnicas quantitativas e/ ou qualitativas. Segundo a autora, “esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, conforme indicado anteriormente, [...] o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido”.

Essas três etapas fundamentais para o desenvolvimento da análise de conteúdo nos nortearão durante esse processo de leitura, exploração e interpretação dos artigos publicados nos anais dos ENPESS que abordam a questão das substâncias psicoativas/drogas.

Trata-se de pesquisa qualitativa, afinal, quando trabalhamos com diferentes sujeitos, esses não podem ser reduzidos a apenas usuários de substâncias psicoativas, uma vez que cada indivíduo possui comportamentos, vontades, características e habilidades próprias.

No que tange a dimensão da ética, a presente pesquisa foi construída com base nos princípios fundamentais da profissão previstos no Código de Ética (1993), dos quais destacamos:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Cabe destacar ainda que nesta pesquisa o termo psicoativo será utilizado para designar as substâncias que possuem propriedades capazes de alterar o Sistema Nervoso Central (SNC) e provocar diversas reações. O uso desse termo visa evitar a rotulação do termo “droga”, que contribui para a redução dos usuários de substâncias psicoativas a “viciados e/ou drogados” excluindo todas as suas outras qualidades e características enquanto indivíduos.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. O capítulo 1 está dividido em três momentos. No primeiro, trazemos um resgate histórico do uso das substâncias psicoativas, desde os primórdios da sociedade, apresentando as finalidades de uso dos psicoativos naquelas sociedades. Posteriormente apresentamos a transição do uso medicinal, cultural e ritualista dos psicoativos até alcançar o status de mercadoria, já inscrita nesse momento na lógica capitalista. Ao final desse primeiro momento, resgatamos o processo de reestruturação do capital acompanhado pela complexificação do uso das substâncias psicoativas. No segundo momento deste capítulo, discorreremos sobre a crise estrutural que atravessa o modo de produção capitalista, bem como suas determinações. Para essa discussão, nos apoiamos nos escritos de Mészáros (2009).

No capítulo 2 abordamos os impactos desse debate para o Serviço Social e como se direciona a atuação dos assistentes sociais na viabilização da garantia dos direitos desses usuários. Posteriormente, apresentamos a cultura proibicionista e moralizante posta ao consumo de substâncias psicoativas, que contribui para a estigmatização e redução dos indivíduos a meros “drogados, bêbados, viciados”, etc.”. Essa rotulação está presente no linguajar e cotidiano da sociedade que não reconhece a possibilidade desses sujeitos possuírem inúmeras outras qualidades e características. Esse não reconhecimento muitas das vezes é resultado das escassas condições que são dadas a sociedade de adquirirem informações e conhecimentos sobre a questão.

Por fim, no terceiro capítulo apresentamos as análises dos artigos do ENPESS, referente aos anos de 2016 e 2018 englobando todo o desenvolvimento do processo de análise, detalhado anteriormente.

2. PROCESSO HISTÓRICO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Neste capítulo será apresentado um breve histórico do uso de substâncias psicoativas desde as civilizações primitivas até o modo de produção capitalista contemporâneo, explicitando a relação da crise estrutural do capital com o consumo das referidas substâncias.

2.1 CIVILIZAÇÕES PRIMITIVAS: OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

O uso das substâncias psicoativas acompanham a humanidade desde as civilizações mais antigas. As substâncias encontradas na própria natureza eram utilizadas pelas sociedades vinculadas a costumes religiosos, culturais e medicinais. De acordo com Lessa,

Tanto nas civilizações antigas quanto nas indígenas as plantas psicoativas como o ópio, a coca, a maconha eram bastante utilizadas e estavam ligadas a rituais religiosos, culturais, sociais, estratégico militares entre outros. Buscava-se através da magia e religião a cura de doenças, o afastamento do mal espírito, obter sucesso nas caçadas e nas conquistas e atenuar a fome e o rigor do clima de determinadas regiões (LESSA, 1998).

Por muito tempo, as substâncias psicoativas eram utilizadas como forma de manter contato com as divindades e eram vistas, em várias culturas, como forma de ligação entre a vida real, as divindades e a vida após a morte. No que diz respeito ao uso em rituais cabe destacar um trecho da obra de Antônio Escohotado³,

As culturas de caçadores-coletores – sem dúvida as mais antigas do planeta – têm em comum uma pluralidade aberta ou mesmo interminável de deuses. Atualmente sabemos que numa proporção muito elevada dessas sociedades os sujeitos aprendem e reafirmam a sua identidade cultural passando por experiências com alguma droga psicoativa. (...) Antes de o sobrenatural se concentrar em dogmas escritos, e de castas sacerdotais interpretarem a vontade de qualquer deus único e onipotente, o fulcro de inúmeros cultos era o que se percebia em estados de consciência alterada, e foi-o precisamente a título de conhecimento *revelado*. As primeiras hóstias ou formas sagradas eram substâncias psicoativas, como o peyotl, o vinho ou certos cogumelos (ESCOHOTADO, 2004, p. 15).

³ Filho de funcionários da diplomacia espanhola, Antonio Escohotado nasceu em Madri, em 1941, e viveu sua infância e adolescência no Rio de Janeiro, sendo considerado um dos interessados sobre o tema das drogas. Foi professor de Direito, Filosofia e Sociologia na Universidade de Madri e possui os seguintes livros na área de drogas: Historia general de las drogas (3 volumes, 1989, Alianza Editorial); El libro de los venenos (1990); Para una fenomenologia de las drogas (1992); Droga: Desde ontem de manhã (1994, Talasa Edições). (Cavalcante, 2009, p. 39).

Inicialmente, os gregos utilizavam a palavra *phármakon*, para designar as plantas e folhas que possuíam propriedades psicotrópicas e que serviam como remédio e veneno ao mesmo tempo, ou seja, todas as substâncias que fossem benéficas ou prejudiciais ao corpo, sendo diferenciadas então pela quantidade da dose ingerida e de como era utilizada.

É a partir da Idade Média que o termo droga passa a ser utilizado mais frequentemente, para se referir as substâncias psicoativas/psicotrópicas. Segundo a bibliografia sobre a temática há duas hipóteses quanto à origem da palavra. A primeira hipótese considera que a origem do termo estaria no étimo *droghe*, da língua alemã antiga, termo este usado para designar o recipiente em que se guardavam folhas secas (BLOCH, 1986); e, com maior aceitação, aponta-se o étimo do neerlandês antigo *droog*, que significa folha seca (SKINNER, 1961; OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS, 2014).

Posteriormente, durante o capitalismo em sua fase imperialista, marcado pelo desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, ocorrem as transformações históricas acerca do consumo das drogas, que antes eram utilizadas em seu estado natural com os mais diversos fins ritualísticos e passam a ser vistos sobre a ótica da mercadoria. Essas transformações ocorrem em especial na Europa, durante o auge da Revolução Industrial e expansão das grandes navegações. A ampliação das rotas comerciais proporcionou o aumento das trocas mercantis, possibilitando conseqüentemente a difusão da mercadoria droga.

É neste momento que de acordo com Lima (2009), acontece à descoberta dos alcaloides⁴, decorrente da entrada da química e da farmacologia no processo de comercialização da droga. Esses conseguiram extrair os componentes psicoativos de certas plantas, como o ópio e a coca. De acordo com Koutouzis e Perez (1997) há indícios de que os primeiros contatos com as plantas que possuíam propriedades psicoativas aconteceram nas civilizações mais antigas como os Babilônios, Assírios, Persas, Gregos e Egípcios. Vestígios do uso da papoula foram achados em sítios

⁴ Os alcaloides formam um grupo heterogêneo de substâncias orgânicas, cuja similaridade molecular mais significativa é a presença de nitrogênio na forma de amina. Existem várias classes de alcaloides, e todas apresentam alguma ação fisiológica, geralmente no sistema nervoso central, o que tem sido utilizado para o benefício do homem na produção de drogas medicinais, como, por exemplo, a morfina (VICKERY & VICKERY, 1981).

arqueológicos da era neolítica localizados no Centro-Oeste da Europa e posteriormente na Espanha, Inglaterra e Polônia. Essas evidências reforçam a ideia de que desde as civilizações do período neolítico, já havia o uso de plantas com capacidades de “elevar o estado de ânimo em euforia e conforto” (LIMA, 2009) e que frequentemente eram usadas para fins medicinais. Mais tarde,

[...] foi encontrado num pequeno pedaço de argila sob a forma de cunha, forma típica de escrita dos antigos povos da Mesopotâmia (Ásia), cerca de 3.000 a.C, onde se referia à sua colheita matinal e o consumo do sumo da papoula, nomeada como gil, ou seja, planta da “alegria”, aludindo à sensação de prazer e gozo obtida. (LIMA, 2009, p. 72).

Acredita-se que o ópio, é derivado do grego *opos*, que significa suco ou sumo de uma planta, ou seja, suco da papoula. “Para extrair o ópio, o fruto seco e duro da papoula era escarificado, golpeado num pilão.” (LIMA, 2009, p.?). No latim medieval chamava-se *Opium, opiatum ipistus*. O ópio possuía ação analgésica, narcótica, hipnótica, alucinógena e nos primórdios de seu uso era utilizado com finalidades medicinais⁵. A entrada do ópio na Ásia Central efetuou-se através das Grandes Navegações pelo Mar Mediterrâneo. Esta se deu no período do chamado Mundo Novo, caracterizado pelo modo de produção escravista. Este modelo acarretou na divisão da sociedade em duas principais castas: por um lado os donos da terra e do outro a parcela da sociedade que era escravizada. O excedente das mercadorias que eram produzidas pelos escravos era utilizado para fins de troca. Este período entrou em declínio junto à queda do Império Romano. Destaca-se que,

No plano cultural e religioso, o Império Romano foi combinado por períodos de violência às práticas e crenças próprias de cada povo subjugado; outros por relativa tolerância às diferentes crenças e, também, já no período do seu declínio à interiorização do cristianismo por parte de sua elite (LIMA, 2009, p. 75).

Em função disso, o resultado foi a repressão por parte da Igreja ao uso da papoula e do ópio, substancialmente após a difusão do cristianismo no século IV D.C., cometida por Constantino, o então imperador de Roma no Oriente. Durante o

⁵ Interessante destacar para ilustração em relação ao conceito a famosa frase de Karl Marx, “a religião é ópio do povo”. Ao fazer essa analogia, a religião deve ser entendida no campo da consciência e não do campo material. Ou seja, para Marx a religião seria uma projeção do homem, uma alienação, ilusão criada para suprir suas necessidades humanas que não são preenchidas pela matéria, tal como a morte. Para compensar as dificuldades postas pelo cotidiano, projeta-se então uma relação com algo divino e superior. Ao analisar a rotina dos operários ingleses, que inclusive, utilizavam o ópio para aliviar a desgastante jornada trabalho das fábricas, Marx associa a perda dessa capacidade de compreensão sobre a realidade da sociedade resultante da doutrinação religiosa ao ópio.

modo de produção feudal, que sucedeu o Império Romano após sua queda, a Igreja alcançou seu papel como classe dominante da sociedade, possuindo assim autoridade para controlar e condenar o uso do ópio em seus territórios de dominação.

Em contrapartida, na Europa o uso do ópio era restrito a um determinado grupo da sociedade, uma vez que,

Seu valor de uso era praticado fundamentalmente nos restritos segmentos sociais artísticos e em espaços próprios como as fumerie – lugar onde personagens da alta sociedade fumavam ópio, podiam jogar e conhecer alguma coquete, ou então, também, nos filhos da classe trabalhadora, conforme informou Engels (2008/1845). (LIMA, 2009, p. 77)

Ainda no século XIX, acompanhando o processo de desenvolvimento da farmacologia, a química orgânica iniciou a produção de duas novas substâncias derivadas da papoula: a morfina e a heroína. Após sua propagação, a morfina passou a ser utilizada em guerras, devido suas propriedades analgésicas e sedativas. Esse processo aconteceu paralelo às disputas por maiores taxas de lucros na comercialização das novas substâncias produzidas, protagonizadas por um lado pelos oligopólios da indústria farmacêutica da Europa e, do outro, o dos comerciantes no “mercado negro” na Ásia, Oriente Médio e norte da África (LIMA, 2009).

A produção inicial da morfina se deu, [...] de forma artesanal por proprietários de certas farmácias, as quais se tornaram as células das grandes indústrias farmacêuticas em meio ao processo de concentração e centralização de capitais (LIMA, 2009, p.86).

Ulterior à disseminação da papoula e do ópio, remota do século XX a entrada da maconha no mercado das drogas ilícitas. De acordo com evidências, sua origem se deu no Turquistão, onde foram encontrados os primeiros vestígios da Cannabis Sativa. Após a descoberta de suas propriedades psicoativas, datada de 2.700 a.c., passou a ser utilizada como “sedativo e tratamento da alienação mental na farmacopéia imperial da China” (LIMA, 2009). Além do uso medicinal, a fibra da Cannabis sativa era empregada na industrial têxtil. Conforme ressalta Koutouzis e Perez (1997), estava presente também em diversas manifestações religiosas e culturais dos povos hindus, budistas e islâmicos.

Assim como ocorrido, com o ópio, constata-se que o uso da maconha sofreu repressão por ser considerada prática ligada a feitiçaria. Contudo, apesar da

condenação de seu uso, sua difusão ocorreu em diversas regiões através das Grandes Navegações, dado o seu valor de uso que atingiu o status de essencial para os povos daquelas regiões, não só por suas funções psicoativas, mas por ser aplicada também na produção de cordas e velas para as embarcações, através de suas fibras, bem como na pintura e vernização de suas estruturas, provenientes do óleo extraído da planta. Lima ressalta,

Porém, parece que, somente a partir do século XIV, com o comércio dos árabes e gregos com o mundo muçulmano, foi que a cannabis, qualificada pelo seu valor de uso e numa escala de fluxos comerciais ampliados, ganhou a condição de mercadoria. Já se observava no Egito o consumo puramente recreativo em todas as camadas sociais, no período, na forma fumada (LIMA, 2009, p.91)

Verifica-se que no Brasil, a maconha chegou ao país através dos negros que eram escravizados e trazidos pelos portugueses. Naquele momento, a planta e seu consumo já eram presentes na cultura africana (KOUTOUZIS E PEREZ (1997, p. 16). Posteriormente sua difusão seguiu para o Caribe e em 1880, chega ao México, onde a erva que ganhou o nome de Marijuana⁶, ganhou popularidade na sociedade. Através dos imigrantes mexicanos, que iam em busca de oportunidades de emprego oferecidas pelos Estados Unidos, a planta chega finalmente ao estado americano e se difunde nas regiões periféricas.

No entanto, seu uso para fins medicinais entrou em declínio quando a indústria farmacêutica continuou com os avanços na produção das substâncias extraídas do ópio. Simultaneamente, assim como ocorreu com as outras substâncias já citadas, o uso da maconha também foi discriminado e perseguido por segmentos da Igreja. A complexificação do uso de psicoativos ocorre a partir dos anos de 1970, acompanhado o processo de reestruturação do capitalismo. Este processo estabelece duas mudanças estruturais distintas. A *primeira* delas ocorre na esfera da produção, marcada pela passagem do fordismo para a acumulação flexível. Esse novo modelo de produção, reconhecido pela implementação das novas tecnologias rompe com a produção em massa, característica do fordismo, e passa a produzir

⁶ Segundo o Oxford English Dictionary, existe uma forte possibilidade de o nome original vir do nauatle – língua usada pelo povo asteca desde, pelo menos, o séc. VII e falada no território que atualmente corresponde à região central do México. Outras teorias defendem que a origem da palavra marijuana está no termo chinês ma ren hua, nome dado à semente da cannabis. Este teria sido implementado no México graças aos coolies, trabalhadores braçais asiáticos enviados para a América, África e Oceânia durante o séc. XIX e início do séc. XX. (ALVES, 2016).

não pela quantidade e sim pela demanda dos consumidores, conforme a lógica do *just in time*, que objetiva "o melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque)" (ANTUNES, 1995, p.26). Dessa forma, os riscos de queda nos lucros causados pelas estocagens dos produtos são reduzidos, uma vez que a importação das matérias-primas e a fabricação do produto são feitos de acordo com os pedidos dos consumidores e com os prazos de entrega. A acumulação flexível se destaca pela ampliação da exploração e controle sobre a força de trabalho.

Em decorrência do processo de aumento da produtividade e incremento de novas tecnologias na produção, resultou no processo de flexibilização e desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora, provocado pelo aumento da terceirização, condições de trabalho exaustivas e precárias, redução do quadro de trabalhadores que passaram a ser substituídos pelos novos equipamentos tecnológicos, fomentando o enfraquecimento dos sindicatos, que passaram a desenvolver ações apenas defensivas em decorrência do aumento nos índices de trabalho precarizados e do exército industrial de reserva. É preciso destacar que tal cenário diz respeito ao capitalismo de modo geral, na particularidade do capitalismo dependente as condições se agravam ainda mais.

A *segunda* mudança acontece na esfera política do Estado, com o avanço do denominado neoliberalismo. Este visa substituir o modelo de gestão, desenvolvido no keynesianismo. Conforme as ideias neoliberais propunham, era preciso conter a crise que se alastrava naquele momento originada no cerne dos movimentos sindicais e operário, motivados pela luta por melhores condições de vida e trabalho que resultava no aumento dos gastos sociais, tomados pelo Estado. De acordo com Brites (2017):

O receituário neoliberal imprimiu mudanças significativas nas funções de regulação social do Estado, elaborando contrarreformas que transferiam atribuições estatais ao setor privado, reduzindo os investimentos públicos nas Políticas Sociais e sua privatização através de parcerias público-privadas. Numa lógica que atribui às limitadas conquistas no campo dos direitos da cidadania burguesa a responsabilidade sobre a crise econômica, promoveu alianças entre as elites para consolidação do Estado mínimo para o social e do Estado máximo ao capital (BRITES, 2017, p.70).

Dessa forma, a lógica neoliberal contribui para efetivação das privatizações, resultando no enfraquecimento das lutas de classe, uma vez que "o avanço dessa

ofensiva do capital deve-se, em grande medida, à debilidade das forças sociais de resistência, duramente golpeadas pelo esgotamento das experiências socialistas e, conseqüentemente, pela crise do pensamento da esquerda” (BRITES, 2017, p.71). Como efeito desse processo, temos “o desemprego estrutural, crescimento da desigualdade e da miséria, violência, guerra permanente, depredação do meio ambiente, militarização da vida social” (BRITES, 2017, p.71). Ou seja, os indivíduos são submetidos a maiores desafios cotidianamente, resultando numa constante sensação de “ameaça a sua própria existência” (BRITES, 2017, p.71).

Com base em tais elementos apresentados anteriormente podemos identificar que desde os primórdios do sistema capitalista, o consumo de psicoativos deixa de ter o seu uso associado apenas a costumes culturais, místicas e medicinais e passar a ser utilizado também sob a ótica da comercialização e circulação. Mészáros esboça em seus escritos que o capitalismo, foi o primeiro modelo de produção, onde as reais necessidades societárias, não são levadas em conta, já que, o capital, estabeleceu um sistema voltado para a sua ‘autovalorização’ (MÉSZÁROS, p.16). Dessa forma, “o valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca”.

Assim, as substâncias psicoativas ao alcançar a posição de mercadoria, adquirem valor de troca. Ao se constituir como mercadoria, inscrita na acumulação capitalista, as drogas se tornam objeto de intervenção do Estado e das organizações internacionais, incidindo diretamente sobre as políticas públicas que visam garantir o pleno funcionamento da dinâmica dos interesses econômicos das classes dominantes. Esse quadro se acentua, durante a nova fase da crise enfrentada pelo capital, chamada por Mészáros (2009) de crise estrutural do capital, onde depois de longos períodos de ascensão e recessão da sua produção, esta nova face da crise se apresenta de forma crônica, permanente e própria da realização do valor.

De acordo com estudos⁷ realizados sobre a temática, é a partir dos anos de 1960 que o consumo de psicoativos passa por uma significativa mudança no padrão de consumo, decorrente das “determinações operadas pelo narcotráfico, pela prática de medicalização massiva da dor psíquica realizada pela psicofarmacologia” (ESCOHOTADO, 2002, p. 229) e pela ambiência “pós-moderna que provoca

⁷ Ver especialmente Escotado (2000).

significativas alterações nas necessidades sociais e nas subjetividades” (BRITES, 2017, p.87).

Ainda na década de 1960, como resposta aos valores e instituições tradicionais e conservadoras e a busca por novas experiências e sensações, o consumo de substâncias como a maconha sofre um aumento significativo. O uso de substâncias psicoativas assume um aumento expressivo em determinadas regiões, e passam a ser inscritos sobre a ótica da mercadoria, consideradas ilícitas, fomentando assim o narcotráfico.

O aumento no consumo é acompanhado pelo conjunto de mudanças das **necessidades sociais**, também da influência cultural do pensamento pós-moderno que passa a assumir a partir desse momento novos padrões de consumo e finalidades de uso. A passagem do fordismo para a acumulação flexível resultou num processo de mudanças na lógica da produção englobando o processo de produção, circulação e consumo. Brites, destaca que,

a ambiência da ‘condição pós-moderna’ é marcada pela fragmentação; pelo efêmero; pela volatilidade; pela descartabilidade; novidade e obsolescência instantâneas, pelo simulacro da imagem, pelo desenraizamento histórico do presente e pela nulidade de qualquer projeto que objetive construir o futuro (BRITES, 2017, p. 74).

Conforme aponta a autora, “o indivíduo na sociabilidade burguesa contemporânea” [...] é inflado na sua singularidade e necessidades alienadas” (BRITES, 2017, p. 74). Necessidades essas que são “múltiplas, fragmentadas e heterogêneas” (ibdem, p.74) onde suas durabilidades dependem do tempo que as mercadorias conseguem garantir a sua satisfação.

A sociabilidade “pós-moderna” se apresenta para os indivíduos sob a ótica de dominação do capital, que se sustenta através da realização das necessidades dos indivíduos sociais. Nesse processo a mídia desempenha papel fundamental, ao capturar os desejos e necessidades postos pelos indivíduos, e através das propagandas são difundidas. Embora os trabalhadores enfrentem um cotidiano “hostil, incompreensível, violento, inseguro”, através da mídia são encorajados a buscar sua “felicidade” através do consumo e posse. Sintetizando,

o capital é um processo, não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira à garantir

que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo máscara e fetichiza alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis (HARVEY, 1996, p. 307).

As motivações para o uso são postas aos homens e mulheres, na medida em que a lógica do capital traz consigo todas as relações sociais e de trabalho, onde o homem passa a identificar e almejar tudo o que é reproduzido pela mídia e indústria de entretenimento. Para além dessas determinações, a própria condição precária de vida dos povos latinos. Junto a essas mudanças, o uso de psicoativos é acompanhado pelo horizonte repressivo e moralizante direcionado a dados grupos sociais, sustentando a ideologia do **proibicionismo**.

2.2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A RELAÇÃO COM O CONSUMO ABUSIVO DE PSICOATIVOS NA CONTEMPORANEIDADE.

István Mészáros defende que a crise estrutural do capital atingiu - além da esfera socioeconômica - todos os espaços da sociedade. De acordo com o autor “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria auto-reprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Mészáros distingue o *sistema do capital*⁸ de *capitalismo*, considerando os dois como “fenômenos distintos”. O autor define o capital como antecessor ao capitalismo, uma vez que este primeiro tem vigência inclusive sobre as sociedades pós-capitalistas e considera o capitalismo com uma variante histórica do sistema do capital⁹. As “funções produtivas e reprodutivas” no capitalismo foram divididas basicamente entre trabalhadores (que exercem a função de produção) x capitalistas (responsáveis pelo controle do que é produzido).

⁸ Entende-se por sistema metabólico do capital o tripé formado por: Capital, Trabalho Assalariado e Estado. Para a superação do capital, é preciso que ocorra a aniquilação de todo o conjunto, não sendo possível a eliminação de apenas um ou dois elementos do conjunto, conforme Mészáros (2002).

⁹ Sobre as sociedades pós-capitalistas, exemplificadas pela URSS e demais países do Leste Europeu, Mészáros afirma que esses países: “[...] não conseguiram romper com o sistema de sociometabolismo do capital e a identificação conceitual entre capital e capitalismo fez com que, todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século XX, se mostrassem incapazes para superar o sistema de sociometabolismo do capital (2009, p.10).

Conforme já apontamos, o capital se reproduz através da exploração do trabalho excedente, seja por vias econômicas e/ou políticas¹⁰ e há a predominância do valor de troca sobre o valor de uso e a riqueza é gerada continuamente através da extração da mais-valia. Conforme apontou Marx o Capital tem “a mercadoria individual como forma elementar”, ou seja, é entendida como um objeto exterior, que através das suas propriedades, tem a capacidade de satisfazer as necessidades humanas. O principal fator da mercadoria seria então, o valor de uso.

A utilidade dessa mercadoria no atendimento de determinadas necessidades humanas, expressa o seu valor de uso. Logo, este não possui ligação imediata com o custo despendido durante a produção e nem com o trabalho humano utilizado no processo de produção. Sendo assim, o valor de uso só se realiza de fato no momento do uso ou consumo da mercadoria. Seguindo esta lógica, o valor de uso no capitalismo é a base para o valor de troca, ou seja, os portadores do valor de uso são detentores do valor de troca. O valor de troca pode ser entendido como a proporção de valor de uso de uma mercadoria para realizar a troca por outra mercadoria, ou seja, apresenta-se numa relação quantitativa, que a possibilita de ser trocada por outra mercadoria de acordo com as qualidades que ela possui na satisfação das necessidades humanas. Cabe ressaltar ainda, que é durante a era capitalista que,

As funções produtivas e reprodutivas básicas foram radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* (os trabalhadores) e aqueles que *controlam* (capitalistas e seus gestores). Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades sociais, o capital instaurou, segundo a rica indicação de Mészáros, um sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades auto-reprodutivas da humanidade* (ANTUNES, 2009, p.16).

De acordo com Braz e Neto (2006), durante o seu desenvolvimento, o modo de produção capitalista enfrentou sucessivas crises econômicas. Essas eram caracterizadas por períodos de longa expansão no crescimento da produção e posteriormente a queda brusca do seu desenvolvimento, oscilando então entre momentos que ascensão e recessão, por isso era chamado de crises cíclicas.

¹⁰ É o caso das sociedades pós-capitalistas, citadas anteriormente, de acordo com Mészáros em ‘Para além do capital: rumo a uma teoria da transição’, cit., cap. 17.

Em relação às crises cíclicas, Mészáros (2009) defende que estas se mantêm frequentes, embora o capital esteja atravessando um momento em sua história marcado pelas crises estruturais, que em sua nova fase “se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural” (ANTUNES, 2009, p.10). E mais, “vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também **todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural**” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17, grifos nossos).

Diferentemente das crises cíclicas, neste novo momento, o capital apresenta enormes dificuldades para se manter em expansão e as medidas interventivas que antes – momento das crises cíclicas - conseguiam solucionar a queda na taxa de expansão, já não são suficientes para ultrapassar as barreiras que impediam o capital de manter suas taxas de lucratividade. De acordo com o autor húngaro, por volta de 1860 o modo de produção capitalista – que naquele momento, estava em sua fase industrial – enfrentou sua primeira crise estrutural, resultando na transição para a fase do capitalismo monopolista. Simultaneamente, ocorria a eclosão da 1ª Guerra Mundial e da Revolução Russa. Segundo Mészáros, neste momento,

É que ocorre o movimento ininterrupto da valorização do valor, o desenvolvimento das forças produtivas combinado ao aumento da produtividade e da composição orgânica do capital, a queda tendencial da taxa de lucro e as celebres crises cíclicas de superprodução do capital.

Além dessa, entre o fim dos anos de 1960 e início de 1970, Mészáros identifica uma nova crise estrutural, momento em que o capital adquiriu maior poder de controle sobre o processo de produção. Conseqüentemente, as contradições inerentes ao modo de produção capitalista se *acirram* cada vez mais. A amplitude da crise é evidenciada por um dos seus eixos centrais: a crise do **controle social** em escala mundial. Sua função foi transferida ao capital, que “adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição” (MÉSZÁROS, 2009, p.55).

Seu enfrentamento ocorreu em dois sentidos. Por um lado, buscou-se a sua reestruturação, visando revertê-la em favor dos interesses do capital e por outro lado, encaminhou-se no sentido de superação das novas formas de dominação e

exploração, garantido que o novo modelo de controle social fosse compatível com o socialismo.

Em seus estudos sobre a crise estrutural da ordem sócio metabólica do capital, Mézáros chama atenção ainda para o momento histórico em que a ordem capitalista teria atingido os seus *limites absolutos*. Reitera o autor, A Crise estrutural “não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global” (MÉSZÁROS, 2009, p.797). E ainda, a nova era da crise implicaria na “tripla dimensão interna da auto-expansão do capital [produção, consumo e circulação/distribuição/realização] que exhibe perturbações cada vez maiores” (ibidem, 2009, p.797).

Dessa forma, não se restringe apenas a esfera socioeconômica, mas engloba *todas as instâncias* da sociedade. O autor húngaro delimita quatro eixos principais que demonstram o aguçamento dos limites absolutos do capital: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais da reprodução sócio metabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, apontada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico.

A primeira contradição está atrelada à impossibilidade do estabelecimento de um governo mundial que possa substituir o sistema mundial de Estados e que tenha a capacidade de aglutinar todas as contradições dos Estados nacionais em um só governo mundial.

Em relação ao segundo eixo, este estaria ligado ao caráter insanável de acumulação do Capital, onde a crise ecológica revela o aprofundamento da rotação do capital, já que para ele o que importa é realizar a produção, sem pensar nos limites reais dos recursos naturais presentes no ecossistema, resultando no esgotamento precoce desses recursos. Mézáros reforça a urgência histórica de superação da ordem sócio metabólica, orientada pelo valor de troca, característico do modo de produção capitalista.

O terceiro eixo de contradição nos revela a incapacidade do capital de responder essa demanda. Assim como, a luta feminista, as lutas antirracistas e contra a LGBTfobia não podem ser respondidos pelo sistema capitalista, uma vez que estas desigualdades são necessárias para manter a lógica perversa do capital.

O modo de produção que vivemos opera através de uma hierarquia social-racial e de gênero, que norteiam a superexploração do trabalho. Mais uma vez, para a solução dessa demanda seria necessário a ultrapassagem deste modo de produção para uma sociedade onde “mediações materiais e institucionais” fossem totalmente democráticas e igualitárias.

O quarto eixo, nos chama atenção para o novo modelo de desemprego estrutural que se formava a partir de 1970. Anteriormente, para se responder a queda na taxa de lucratividade resultado da crise das décadas de 20 e 30 (sec. XX), o capital promoveu a inserção dos trabalhadores no consumo de massa, característica central do *Welfare State*. Naquele momento, caracterizado pela produção, consumo e circulação em massa, pela ampliação dos parques diretos da classe trabalhadora e elevação do patamar de consumo que antes era inexistente. Tal período, conhecido como os “30 anos dourados” e vivenciado de distintas maneiras nos países europeus, conseguiu obter momentos de recuperação e ascensão das taxas de lucro.

Entretanto, nesse novo momento de crise que se agrava na década de 1970, os direitos que haviam sido garantidos nos países centrais durante o WS, são retirados da classe trabalhadora e as políticas sociais que antes possuíam caráter de proteção universal e gratuita passam a ser focalizadas e seletivas. A tendência do capital naquele momento foi adotar medidas eficientes que possibilitassem o aumento do excedente extraído através da mais-valia, aumentando-se a produtividade e simultaneamente reduzindo o trabalho vivo (trabalhador). Além disso, ocorria naquele momento o incremento dos avanços da tecnologia e da ciência ao processo de produção, por consequência o resultado dessas mudanças é a intensificação do **desemprego estrutural**. Ou seja, é retirado do trabalhador o seu poder de compra. O resultado não poderia ser outro, se não o acirramento da contradição produção x circulação/consumo.

Neste cenário, entra em ação a **reestruturação produtiva**, implementada pelo capital na tentativa de recuperação das taxas de lucro, resultando em profundas mudanças nos processos de trabalho. Sendo assim, a alternativa encontrada naquele momento foi intensificar a exploração do trabalho e ao mesmo tempo

desempregar grande parte dos trabalhadores. No mesmo passo, o capital precisou acentuar a exploração destrutiva dos recursos naturais.

O que temos após essas mudanças são as perdas dos direitos da classe trabalhadora nos países centrais, nos países dependentes cortes nos parques direitos conquistados, o aumento da pobreza e o acirramento das expressões da “questão social”, ampliação da concentração de renda, destruição da natureza e o aumento do exército industrial de reserva, consequência do desemprego crônico.

Nessa direção cabe ressaltar o avanço do neoconservadorismo. O mesmo reproduz um modo de ser fundado e reproduzido pelas classes dominantes que disseminam o individualismo, o anti-humanismo, a moralização das expressões da “questão social”, junto as manifestações de racismo e preconceito de gênero, invadindo todas as dimensões da vida social e naturalizando suas consequências.

É durante os momentos de crise, que o conservadorismo encontra condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Dessa forma, no contexto da crise estrutural dos anos 1970, que o conservadorismo se reatualizou, englobando aos seus ideários econômicos do neoliberalismo. Assim,

Apresenta-se, então como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (BARROCO, 2015, p.625).

Portanto, a moral neste momento adquire destaque no conservadorismo, conduzindo a ideia de que as expressões da “questão social” e todos os seus rebatimentos são justificados como resultado de ‘desajustes’ morais, seja ela na ‘desestruturação familiar’ ou dos valores tradicionais ditados pela classe dominante.

Ao interferir nas estruturas e condições das relações de trabalho e nas formas de organização política e jurídica do Estado, o (neo)conservadorismo intensificou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo a classe trabalhadora e os diversos grupos da sociedade não reconhecidos em suas diversidades. Neste contexto a ofensiva neoconservadora criou condições concretas para a reprodução e difusão da barbárie manifestada nas ideias, valores e comportamento da sociedade.

No Brasil, nos anos 1990 a sociedade era marcada pela “cultura da violência e do medo social” (BARROCO, 2015) - embora essa ainda seja a realidade nos dias

atuais. Barroco chama atenção para os programas sensacionalistas de TV nos anos de 90, como o dos apresentadores Datena e Ratinho, e que ainda hoje estão presentes na grade horária das grandes emissoras e propositalmente nos horários de pico da audiência.

Incentivando medidas de força em nome da ordem, passaram a expor, diariamente, crimes e delitos, escolhendo a dedo aqueles praticados por negros e adolescentes, numa campanha escancarada de defesa da militarização da vida social, do armamento, do rebaixamento da maioria penal e da pena de morte no Brasil. (BARROCO, 2015, p. 626).

Neste cenário, de acordo com Barroco as expressões da “questão social” passam a ser consideradas “*caso de polícia*”, exemplificado pela chamada guerra ao tráfico, que tem seu alvo declarado: jovens negros e pobres, de regiões periféricas, mulheres, moradores de rua e os indivíduos considerados “desajustados” e “fora da lei”, do mercado de trabalho e dos costumes considerados corretos pelas classes dominantes.

A moralização das expressões da “questão social” se direciona ao extermínio de determinados grupos sociais, atendendo aos interesses políticos e econômicos das elites nacionais e internacionais. Assim, consegue garantir além do controle social, favorecer a acumulação capitalista, os latifundiários e a indústria bélica. Sobre a moralização punitiva, a autora reforça que esta,

Supõe uma visão simplista que divide o mundo entre bons e maus, entre corruptíveis e incorruptíveis, identificados socialmente em personagens promovidos pela mídia, a exemplo dos “incorruptíveis” Capitão Nascimento¹¹ e Joaquim Barbosa, ex-ministro do Superior Tribunal Federal (Daie, 2015). Ambos, o homem de farda e homem da capa preta, são aplaudidos como arautos da justiça e da ordem social (BARROCO, 2015, p.630).

Além da moralização punitiva, uma das estratégias da ofensiva direita no cenário atual, de acordo com o que expõe Barroco (2015) seria,

O combate ideológico a um bloco no qual foram inseridos os direitos sociais e suas legislações, como o ECA; os direitos humanos; o comunismo, remetido ao bolivarianismo; os partidos de esquerda; os movimentos sociais, especialmente o MST; as reivindicações dos movimentos de feministas, negros, LGBT e estudantes; o marxismo; o PT, o governo, nas figuras de Lula, Dilma e suas políticas compensatórias, como o Bolsa Família, e outras iniciativas, como os programas de cotas para negros e o Mais Médicos, referido apenas aos médicos cubanos (BARROCO, 2015, p.630).

¹¹ Personagem do filme *Tropa de Elite I*, produzido por José Padilha e premiado como melhor filme no Festival de Berlim, em 2008, com o Urso de Ouro.

O atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL), marcado pelo discurso conservador durante toda sua campanha, nos mostra cotidianamente como os avanços do neoconservadorismo impacta diretamente sobre os parques direitos da classe trabalhadora e dos diversos segmentos da população, ao mesmo passo, em que garante a ampliação dos interesses e lucros das classes dominantes.

Por exemplo, publicado no dia 12/04/19, o decreto 9.759 do governo federal, determinou a extinção dos conselhos, comitês e outros grupos de representações da sociedade civil nos órgãos da administração pública. Entre os atingidos está o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, Conselho de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Erradicação do Trabalho Escravo, **Conselho de Políticas sobre Drogas**, Conselho dos Direitos do Idoso, Conselho de Segurança Pública e Conselho de Erradicação do Trabalho Infantil.

Dentre outras medidas, o decreto 9.741 publicado no diário oficial da União, contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019, sendo os mais afetados as pastas da Educação, Saúde e Cidadania, que tiveram juntas R\$ 7,5 bilhões de verbas congeladas, expõe o ANDES. Esses novos cortes orçamentários, refletem o aprofundamento da política de desmonte do Estado, intensificado pelo governo atual.

Este cenário inviabiliza o pleno funcionamento da Educação, Saúde e as das políticas públicas que já vem sofrendo com o sucateamento nos últimos anos. Porém, neste cenário de intensificação dos cortes, o resultado é a inviabilidade de funcionamento e investimentos de programas, aprofundamento das condições de trabalho e intensificação do processo de mercantilização e privatização desses espaços.

Em relação à Política Nacional sobre Drogas, o atual governo também deixou sua marca de retrocessos. Sob o discurso da “epidemia” de violência que o Brasil enfrenta, atribuída aos psicoativos, o presidente Bolsonaro assinou o decreto que prevê as mudanças da nova Política Nacional sobre Drogas em 11 de abril de 2019.

O documento se posiciona contra a descriminalização das substâncias psicoativas, prevê mudanças na forma de diferenciação entre usuário e traficante,

que agora passa a depender das circunstâncias de como se deu o flagrante e não mais pela quantidade.

Além desses pontos, o novo modelo demonstra total apoio as comunidades terapêuticas, visando sua ampliação e dessa forma estabelece maior investimento nessas instituições, favorecendo as entidades privadas e organizações religiosas. O modelo de Redução de Danos que vinha sido adotado nos últimos anos por grande parte dos serviços da rede, passa a ser substituído pelo modelo de tratamento baseado na abstinência. Este favorece as internações compulsórias, além de afastar o usuário dos serviços da rede, afetando os espaços como o Caps.

Além desses retrocessos, o governo federal sancionou a Lei 13.840 de 05 de junho de 2019, que autoriza a internação compulsória dos usuários, sem a necessidade de autorização judicial. A nova Lei estabelece ainda, que essas internações devem acontecer em hospitais gerais e unidades de saúde, tendo duração máxima de 90 dias. A solicitação pela internação poderá ser feita por familiares ou representantes legais, e ainda, se não houver nenhum dos dois, a solicitação para internação poderá ser feita por agentes da área da saúde, do Serviço Social ou por integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

Nessa perspectiva, sob o ponto de vista profissional, para a atuação dos Assistentes Sociais no enfrentamento do neoconservadorismo é necessário o fortalecimento da organização política da categoria, caminhando junto às entidades de representação e demais profissionais. Para que ocorra esse fortalecimento é imprescindível à articulação com os movimentos populares democráticos, sindicatos e entidades da classe trabalhadora e profissionais que atuem na defesa dos direitos da população.

Conforme sabemos a precarização da formação profissional e das condições de trabalho criam condições para o avanço do neoconservadorismo. Isso porque, a falta de criticidade técnica e teórica, pode levar a atuação profissional a se tornar reprodutora de respostas pragmáticas, mecanizadas e tecnicistas.

É preciso lembrar que as bases da profissão se encontram no conservadorismo. A tendência da reatualização do conservadorismo é que sejam postas ao cotidiano profissional do Assistente Social atividades de controle e

censura dos sujeitos moralizados e julgados com “irrecuperáveis pelo poder dominante” (BARROCO, 2011, p. 213).

Por isso, o profissional do Serviço Social precisa estar capacitado de forma que não reproduza esse discurso, mas que sim, busque alternativas para o seu enfrentamento. Essa capacitação só é possível após um longo período de acúmulos teóricos, que possibilitem a apreensão da realidade para além da sua aparência, voltada para a perspectiva histórica e de totalidade.

É perceptível, como o capital cria condições para se adequar a todos os momentos históricos que perpassam sua história, mas nunca utilizam estratégias que favoreçam a classe trabalhadora. Neste sentido, esse cenário coloca para o indivíduo condições de vida e trabalho que se tornam cada vez mais precarizada. Os trabalhadores que conseguem se inserir no mercado de trabalho enfrentam uma rotina desgastante física e mentalmente, ambientes de trabalho que não garantem segurança, remunerações adequadas, e possibilidade de crescimento pessoal e profissional, visto que a lógica capitalista está sempre em busca de aumentar seus lucros através do excedente obtido com a mais-valia.

As condições que são postas aos trabalhadores – e para aqueles que não conseguem se inserir no mundo do trabalho – para que se alcance esse objetivo não é de preocupação do capital. Na mesma proporção, mas por motivos contrários, ocorre com os indivíduos que não estão inseridos no mercado de trabalho, isso porque pela lógica que o capital nos impõe, os indivíduos só se consideram “pertencente” a sociedade a partir do momento em que possuem uma “ocupação remunerada”, para satisfação de suas necessidades alienadas e que lhe ofereça alguns direitos, mesmo que mínimos.

Dessa forma, uma parcela considerável pertencente a essas duas categorias, recorre ao uso das substâncias psicoativas, que servem naquele momento como uma “válvula de escape” para aliviar todos esses problemas e situações vivenciadas. *Sejam para aliviar a dura rotina de trabalho e/ou dilemas vivenciados cotidianamente.*

As mediações que temos identificado e apontado ao longo da presente reflexão tem nos provocado a refletir: *Até que ponto a crise impulsiona o consumo de psicoativos?* Em que momento o uso passa a ser abusivo e se torna um

“problema” para o indivíduo? Longe de buscar respostas para tais questões, outros apontamentos podem contribuir para a reflexão.

3. SERVIÇO SOCIAL, IDEOLOGIA DO PROIBICIONISMO E CONSUMO DE PSICOATIVOS.

Como já visto anteriormente desde a década de 1970, o capital atinge seus limites absolutos, revelando seu esgotamento e capacidade de renovação, instaurando assim a chamada fase de crise estrutural, neste momento o neoconservadorismo vê condições que possibilitam a sua ofensiva, resultando na regressão dos parques direitos conquistados pela classe trabalhadora até aquele momento.

As mudanças societárias necessárias para responder a crise afetam significativamente às condições de vida e de reprodução dos trabalhadores. Sendo assim, o capital demanda novas formas de “regulação social das desigualdades” (p. 174) que legitimem as mudanças postas pelos mecanismos de acumulação. Dessa forma, as expressões da questão social assumem particularidades, destacadas por Brites (2017) como,

Contornos dramáticos: desemprego estrutural, concentração de riqueza, aumento exponencial da pobreza e da desigualdade, mercantilização da vida social, violências e opressões com recortes de classe, étnico-raciais e de gênero (BRITES, 2017, p. 176).

Assim como as demais profissões, os Assistentes Sociais enquanto trabalhadores assalariados inscritos no processo de reprodução social, mediado pelas Políticas Sociais, têm nas expressões da “questão social” as condições para objetivação e realização da sua força de trabalho. Neste contexto, os profissionais sofrem com a precarização desde o processo de formação profissional até a efetivação da atuação, dadas suas condições de trabalho.

Ao mesmo tempo em que as expressões da “questão social” incidem sobre suas próprias condições de trabalho, incide também sobre as condições de reprodução dos trabalhadores que são atendidos pelas Políticas Sociais. Visto que, o processo de sucateamento das Políticas Sociais reflete na formação e cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados.

Brites (2017), em seus estudos chama atenção para os chamados Programas de Qualidade de Vida, onde em grande parte os Assistentes Sociais integram esses processos nas empresas capitalistas. Ao dialogar com o consumo de psicoativos, a

autora chama atenção para o fato desta sempre ter sido uma preocupação dos empregadores, isto porque neste contexto logo há a associação dos psicoativos com a redução do desempenho e produtividade, além dos riscos de acidentes no ambiente de trabalho. Porém, esses programas podem representar uma dominação e invasão do capital na privacidade do trabalhador, com a justificativa de preocupação com a saúde e qualidades de vida dos mesmos.

Neste sentido, é cada vez mais corriqueira a participação dos Assistentes Sociais em campanhas de prevenção, que inclusive preveem a realização de testes toxicológicos, prática cada vez mais comum nas empresas capitalistas. Dessa forma, o tensionamento entre as demandas postas pelas empresas e o Projeto hegemônico que norteia a atuação profissional se aprofunda, já que essas demandas objetivam a adequação e controle dos trabalhadores pelo capital a fim de garantir os interesses da produtividade. Por isso, é necessário um aprofundamento crítico sobre as temáticas de consumo de substâncias psicoativas, evitando atuações com um viés conservador, moralista e preconceituoso.

No âmbito das Políticas Públicas, a tendência de demandas é marcada pelas associações “do consumo de psicoativos a fatores de risco e de vulnerabilidade (individual e social)” (BRITES, 2017, p.185). Sobre isso, a autora trás em seus escritos que,

A própria ideia de risco e vulnerabilidade [...] são noções muito próximas da perspectiva sistêmica de cariz neopositiva (LUKÁCS, 2012). Transplantadas da epidemiologia funcionalista para a Saúde Pública e para o campo das Políticas Sociais, especialmente para a Política da Assistência Social, podem contribuir para reforçar a noção de comportamento desviante, para individualizar as expressões da questão social e despolitizar o debate sobre as determinações estruturais que incidem sobre o sistema de necessidades, inclusive, contribuindo para ocultar o caráter de mercadoria assumido pelos psicoativos no sistema do capital. As noções de risco e de vulnerabilidade também podem contribuir para esfumar determinações de classe nas abordagens sobre o consumo de psicoativos, tornando a realidade social um mero pano de fundo, contrariamente à perspectiva de Saúde Coletiva [...] (BRITES, 2017, p.185, grifos da autora).

Outro fator que merece atenção é o fato dessa associação ocorrer de forma imediata às substâncias ilícitas, que muitas das vezes não demandam atenção especializada por não se tratar de consumo abusivo ou dependência, mas sim uso recreativo, por exemplo. Dessa forma, a tendência é que o consumo das substâncias lícitas seja banalizado, por ser algo “comum” presente no cotidiano dos

indivíduos. E ainda, tais Políticas Sociais são dirigidas a classe trabalhadora, reforçando a ideia de que nas classes subalternas, motivado por sua condição de classe, o consumo de SPA (substâncias psicoativas) precisa ser controlado e eliminado. Mais uma vez, se mostra necessária uma atuação crítica, que se direcione a perspectiva dos direitos humanos e democráticos, apropriando-se de toda historicidade da produção, consumo e comércio das SPA ilícitas, considerando o papel que a lógica proibicionista desempenha na reprodução societária.

No campo da Assistência Social, a atuação dos Assistentes Sociais no atendimento desses usuários, ocorre com maior frequência nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Em muitos casos, a atuação se baseia apenas no encaminhamento e acompanhamento apenas com a finalidade de solucionar o problema, se distanciando das verdadeiras necessidades desses indivíduos, como o desemprego, falta de moradia, insegurança alimentar e de saúde, entre outros. *Com isto, percebemos como toda a trajetória de vida dos indivíduos marcada por inúmeras determinações, violações de direito, falta de perspectiva de futuro são reduzidas apenas ao consumo de psicoativos.*

No âmbito da Política de Saúde, esta é a que mais obteve avanços em relação às abordagens sobre os psicoativos. Isso se deu principalmente pela Reforma Psiquiátrica, incorporação da Redução de Danos pela política de saúde e a efetivação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)¹². Pode-se considerar que o início desse processo de conquistas se deu no contexto da implementação do SUS, nos anos 1980, marcado pela epidemia de HIV/AIDS, que despertou a preocupação com o uso de drogas injetáveis, visto que os usuários compartilhavam as seringas durante o consumo. Dessa forma, as SPA passam a ser reconhecidas enquanto questão de saúde pública. O modelo de Redução de Danos passa então a ser utilizado como um eixo norteador de iniciativas para a atuação com os usuários.

Outro marco importante nos avanços alcançados pela Política de Saúde foi a promulgação da Lei 10.216 de 6 de abril de 2001, que indica a direção na qual a assistência psiquiátrica devia caminhar, voltada para a criação de uma rede de

¹² Instituída pela Portaria do Ministério da Saúde GM 3.088 de 2011.

atenção psicossocial a saúde mental, que substituísse de forma efetiva os modelos anteriores de internação em manicômios.

Neste mesmo período, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Ação comunitária Integrada aos usuários de Álcool e outras Drogas¹³, que levava em consideração a multiplicidade de incidências de transtornos decorrentes do uso abusivo de SPA, visando à reinserção e a reabilitação desses usuários, bem como a criação de uma rede sócio assistencial, que envolvesse tanto a saúde quanto a assistência. Neste contexto, foram instituídos os CapsAD, com o objetivo de “promover a melhoria da assistência em saúde mental e abrigar nos projetos terapêuticos, práticas e cuidados que buscassem contemplar a flexibilidade e a abrangência das demandas da população atendida, sob a perspectiva estratégica de redução de danos sociais e a saúde” (PRUDENCIO; SENNA, 2018, p. 82).

Nesse processo, é possível perceber a mudança na lógica da Redução de Danos, que antes estava diretamente ligada a noção de “comportamento de risco” (ibden, 2018, p. 82), e passa a compreender a droga como um processo que perpassa diferentes esferas da vida humana: “a social, a econômica, a política, além da individual” (ibden, 2018, p. 82). Exigindo assim, mudanças no modelo sócio assistencial, planejamento nos modelos de intervenção profissional, baseada na ampliação da atenção necessária para que o indivíduo participe ativamente do processo terapêutico. No entanto, os olhares conservadores e moralizantes ainda se fazem presentes em todas as esferas das Políticas Sociais, contribuindo com as estratégias do capital para responder os rebatimentos da crise estrutural.

Ao focarmos nossa atenção para um dos serviços o CapsAd é destinado a atender os usuários de SPA e foi criado com o objetivo de substituir o modelo asilar hospitalocêntrico, visando evitar “as internações e favorecendo o exercício da cidadania e inclusão de seus usuários e suas famílias” (M.S, 2004). Tem como foco o atendimento de pessoas com transtornos e comportamentos decorrentes do uso abusivo de psicoativos, pertencentes a área de abrangência municipal de onde o CAPS está localizado. Além dos Assistentes Sociais compõem a equipe interdisciplinar: psicólogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, psiquiatras, entre outros.

¹³ Instituída pela Portaria GM/MS 816/2002 (Brasil, 2002).

A portaria nº 189 de 20 de março de 2002 do Ministério da Saúde, regulamenta os três regimes de atendimento nos CapsAd, sendo eles:

- 1) O *Regime Intensivo*: voltado para usuários que necessitam de atendimentos diários, que geralmente apresentam intoxicação aguda uma frequência de recaídas e abstinência ou possuem um quadro clínico que presente uma comorbidade¹⁴.
- 2) *Regime Semi-Intensivo*: Destinado a pacientes que demandam de acompanhamento frequente, mas não diário.
- 3) *Não Intensivo*: Nestes casos, os usuários devido ao seu quadro clínico, têm menor frequência no serviço.

A OMS ao elaborar o seu novo conceito de saúde, requisitou profissionais capacitados a intervir na área social, possibilitando assim a inserção do Assistente Social no campo da saúde. Nesse espaço sócio ocupacional, os profissionais do Serviço Social têm o papel de garantir que os rebatimentos da “questão social” não sejam esquecidos no processo de atendimento a estes indivíduos, além de dispor de condições de abordagem que respeitem a individualidade e particularidade de cada usuário, visando sua reintegração social, profissional e familiar.

Neste sentido, os Assistentes Sociais, trabalham com o acolhimento e atendimento dos usuários e seus familiares, utilizando metodologias como a visita domiciliar, atendimentos em grupo e individual. Nos Caps foi adotado o chamado sistema aberto, onde o usuário é acolhido e recebe assistência, mas retorna a família no final do dia. Dessa forma, o vínculo, que tem extrema importância, não se perde durante esse processo. Contudo, Rosa (2003) atribui críticas a esse sistema, uma vez que o núcleo familiar acaba se sobrecarregando. Por isso, é incontestável a necessidade de acolhimento e acompanhamento, não só dos usuários, mas também da família, evitando sua responsabilização e sobrecarga, particularmente das mulheres.

Sendo assim, o profissional do Serviço Social deve atuar visando ultrapassar as formas de atendimento apenas emergencial e burocrática, objetivando a construir uma atuação comprometida com a emancipação, autonomia e o pleno exercício da cidadania e acesso aos seus direitos.

¹⁴ Risco relativo de uma patologia vir acompanhada da outra (Seibel e Toscano, 2001, p. 308).

3.1 IDEOLOGIA DO PROIBICIONISMO

Em seus estudos, Lukács considera a práxis em suas múltiplas determinações. Isso porque, na práxis produtiva suas objetivações podem direcionar-se à transformação da natureza (trabalho) ou à transformação do homem, resultando na adequação do seu pensamento e comportamento a determinado modo da realidade humano-social. Esta segunda, denominada de práxis interativa, diferente da práxis produtiva se direciona para a transformação/ mudanças dos outros indivíduos sociais. Lukács denomina a teleologia, como **momento ideal**, específica do ser social, estando assim presente em toda práxis.

Dessa forma, de acordo com o autor não há possibilidade de existência da teleologia sem estar vinculada as objetivações. Sendo assim, apesar do momento ideal ser uma antecipação na consciência, este só é considerado teleologia no momento da sua realização. Logo, a teleologia presente em toda práxis, possibilita a eclosão de diversos complexos sociais, entre eles a **ideologia**.

As bases da ideologia, neste sentido, são dadas pelos conflitos sociais, típicos das sociedades de classe. Mesmo que a ideologia já estivesse presente nas sociedades primitivas, de acordo com Lukács, na sociedade de classes, marcada pela sua desigualdade fundante, é que surge a necessidade de um *complexo social* que intervenha sobre as escolhas dos indivíduos singulares, apresentando alternativas que orientem essas decisões.

Portanto, o autor considera a ideologia como “*um complexo social necessário para enfrentamento dos conflitos sociais*” (BRITES, 2017, p. 96). Em concordância com Marx, este enfrentamento acontece através da construção de uma imagem “de mundo e de interesses” que são tomados como “universais e verdadeiros”.

Como visto anteriormente, a relação dos indivíduos com as substâncias psicoativas ocorre desde os primórdios da sociedade. A restrição ao uso de determinadas substâncias acontece quando certos grupos que disputavam os domínios comerciais e políticos viam a possibilidade de serem lesados. Nesse momento, mecanismos de repressão e punição são usados para impedir que a disseminação dos psicoativos, afetasse as disputas de poder. Datado dos anos finais do século XIX e marcado pelo estabelecimento de um mercado mundial no

capitalismo monopolista, a lógica proibicionista se complexifica e adquire características que percorrem até a atualidade.

Brites (2017), em seus estudos chama atenção para a atuação estadunidense sobre a ideologia do proibicionismo no processo que ficou conhecido como “problema do ópio”. Os EUA demonstravam grande interesse sob os confrontos entre países do continente Europeu e a China, motivado pela produção e exportação do ópio. Junto a esse processo de moralização do uso de determinadas substâncias, a reprovação moral e a xenofobia com as minorias e imigrantes que iam para os EUA em busca de emprego se alastrava. Nas duas “guerras ao ópio” (1839-1842 e 1856-1860), a China foi derrotada pelos países europeus, sendo obrigada a recuar sobre os interesses de domínio ao ópio.

Já no início do século XX, ocorre de fato a entrada dos EUA no cenário do livre comércio de psicoativos. Dessa intervenção o primeiro resultado foi a criação da Lei Federal sobre Alimentos e Drogas estabelecida em 1906 e que dispunha sobre uma série de normativas em relação das substâncias. Ainda sobre a justificativa do “problema do ópio” os Estados Unidos propõem a organização de uma conferência mundial. Por fim, conseguem realizar duas convenções: a primeira em 1909, sediada em Xangai e a segunda em Haia, que teve início em 1911 e se estendeu até 1912.

Após essas duas convenções, começam a serem realizadas Conferências Internacionais. A ideia do proibicionismo se intensifica e a lista das substâncias que entra para o roll das proibições aumentam a cada conferência. Primeiro o ópio, em seguida a cocaína e posteriormente o cânhamo, planta de onde é possível extrair a fibra têxtil, a maconha e o haxixe. Em 1936 durante a Conferência de Genebra, são adotadas medidas mais severas de punição ao descumprimento das recomendações e acordos adotados nas conferências anteriores. Sobre a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, destaca-se

No caso da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, realizada em Nova Iorque, destacam-se: a reunião em um único documento da maioria das medidas e recomendações firmadas nas Convenções anteriores; a criação de listas de substâncias narcóticas e psicotrópicas, classificadas em quatro grupos; a introdução de um tom mais “progressista” ao manifestar preocupação com a dependência, e, portanto, a afirmação do discurso terapêutico com a introdução de noções como “uso indevido” e “uso

abusivo” e a considerável ampliação dos países signatários, 74 ao todo (BRITES, 2017, p.104).

A repressão moral e a proibição das substâncias eram justificadas e sustentados naquele momento pela ótica farmacêutica. Conseqüentemente, em reação a restrição do consumo e comércio de psicoativos, deu-se espaço para ampliação da produção, consumo e comércio “das substancias sintéticas como a metadona, barbitúricos e anfetaminas” (BRITES, 2017, p.102).

Os primeiros questionamentos sobre a eficácia da lógica proibicionista partem de sociólogos, médicos e manifestações públicas de juristas. O discurso defendia que houvesse o reconhecimento da dependência de psicoativos como doença e que fossem adotadas medidas de saúde para o seu enfrentamento. Simultâneo a esse questionamento, o país norte americano enfrentava uma avalanche de consumo de heroína, principalmente entre negros e hispos (BRITES, 2017).

Sobre a Convenção de 1961, é preciso ressaltar as mudanças em relação às edições anteriores. É durante esta Convenção que há a preocupação com a saúde mental e moral dos indivíduos. Dessa forma,

Já sob o comando da ONU, e num contexto de polarização do poder entre duas potências mundiais (Estados Unidos e a extinta União Soviética) sob o manto da Guerra Fria, a realização da Convenção de 1961 se depara com interesses econômicos e políticos tensionados pelo jogo de delimitação de áreas de influência estratégica para assegurar os domínios de uma e outra potência mundial. Na verdade, esse quadro recebe suas pinceladas estruturais desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, já que a polarização do mundo entre capitalistas e comunistas será marcada por “corridas” armamentistas, espaciais, propagandísticas, contrarrevolucionárias, de espionagem, de segurança, lançando as bases para a militarização e ideologização - no sentido alienante – da vida social (BRITES, 2017, p. 105).

Marcado pela crise estrutural do capital, a década de 1970 – conforme estamos demonstrando – experimentou a ascensão do neoliberalismo e do pensamento “pós-moderno”. Anterior a esse momento e contraditoriamente, os anos 1960 foram marcados pelos,

Movimentos de contracultura, alguns de cariz contestatório sobre o individualismo e o consumismo burgueses, de recusa de valores e padrões morais tradicionais, de libertação sexual, feminista, de denúncia contra o racismo e contra a dominação bélica. A contestação foi dirigida às instituições de ensino, à família, à política, ao imperialismo, às guerras, com destaque para a reprovação da intervenção militar norte-americana no Vietnã, e em alguns casos, ao capitalismo (BRITES, 2017, p. 106).

No âmbito do consumo das substâncias psicoativas, há a disseminação do uso da maconha, heroína e LSD, impulsionados pelos movimentos de questionamento da sociabilidade burguesa. Desta forma, os EUA que já participava das Convenções Internacionais, intensificam as formas de endurecimento das ideias proibicionistas, como forma de responder aos movimentos daquele período e aos avanços da crise estrutural de 1970, que ofereciam ameaças ao projeto imperialista pelo país estadunidense.

Novamente, a lista de substâncias consideradas ilícitas é ampliada, incluindo agora o LSD, a maconha e o THC. Porém a consolidação do proibicionismo como ideologia dominante no controle da produção, consumo e comércio de psicoativos não foi eficaz para frear a procura pelas substâncias e, por conseguinte, possibilitou o avanço do mercado ilícito, pratica extremante rentável financeiramente.

Assim, ao longo de todo século XX, a lógica proibicionista se adaptava de acordo com as necessidades de sua manutenção. Brites (2017) chama atenção para os indícios do fracasso apresentados pelo proibicionismo a partir dos anos de 1990. No entanto, segundo a autora é preciso ter cuidado ao tratar desse possível declínio, sendo mais plausível a utilização do termo decadência ideológica (nos termos de Lukács) do que fracasso.

A **ideologia do proibicionismo** entra em “choque” com o sistema de **necessidades socialmente produzidas**, determinantes das *“particularidades históricas de relação dos indivíduos sociais com as substâncias psicoativas”* quando defende a possibilidade de existência de um “mundo sem drogas”.

No mesmo passo, opera sobre a criação de mistificações acerca das propriedades viciantes presentes em determinadas substâncias. Dessa forma, contribui para a legitimação da lógica dominante burguesa, demonstrando funcionalidade às necessidades de reprodução da ordem do capital.

Se observarmos, o proibicionismo falha no momento em que procura e o consumo das substâncias não são reduzidos, e ainda fomentam a ampliação do narcotráfico. Porém, alcança êxito ao fornecer elementos que difundem o controle, a opressão e o extermínio de grupos empobrecidas da sociedade.

A barbárie capitalista, produzida pela crise estrutural, contribui para que a lógica proibicionista seja aceita e assumida como a única forma de conter a violência

e garantir a saúde e segurança da sociedade, quando na verdade, favorece “uma rede de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e de violências que impactam as condições de vida e saúde das (os) trabalhadoras(es) empobrecidas(os)” (BRITES, 2017, p116).

Finalizando, no contexto da crise estrutural do capital, a decadência da lógica proibicionista contribui “*para legitimar o moralismo, o fascismo, o obscurantismo, o irracionalismo e tantas outras manifestações de cunho autoritário e anti-humanista em face do consumo de psicoativos*” (BRITES, 2017, p.117, grifos nossos).

Para entendermos a cultura da mistificação das substâncias psicotrópicas, o ponto inicial dessa discussão deve estar pautado no distanciamento que o termo droga e seu significado original adquiriram ao longo do tempo, até chegar ao seu conceito comum ao qual conhecemos atualmente.

Como já dito anteriormente, o referido termo era utilizado nas civilizações mais antigas para designar todas as substâncias que eram benéficas ou prejudiciais ao ser humano. Essa diferenciação se dava de acordo com a forma e a dosagem em que eram utilizadas.

Logo, esse distanciamento com seu conceito inicial, contribuiu para a rotulação do termo *droga*, fazendo um recorte neste momento apenas nas substâncias ilícitas, e redução apenas como algo prejudicial à saúde e a vida social dos sujeitos. Essa rotulação acarreta no reducionismo dos sujeitos a meros “drogados ou bêbados”, por exemplo, acumulando a eles preconceitos, julgamentos e estigmas.

Segundo Brites (2016), o termo mais adequado para referenciar qualquer substância que possuem propriedades psicoativas que agem sobre o Sistema Nervoso Central (SNC), é **psicoativo**. Isso, para evitar os pré-julgamentos sobre os usuários dessas substâncias. Ainda segundo Brites (2016), outro termo considerado mais adequado dentro dessa temática é **usuários (as) de psicoativos**, também para evitar os estigmas que palavras como drogados (as) e viciados (as) carregam em si.

A atribuição desses rótulos e estereótipos negativos ao sujeito resulta na sua marginalização e exclusão do convívio social. Esses estereótipos são atribuídos aos usuários em vários momentos de forma equivocada e sob uma forte conotação

moral. Ao serem impostos a esses usuários esses estigmas negativos, toda sua história de vida e suas relações sociais são anuladas. Brites (2016) ressalta que, “É como se esta prática social – o uso de psicoativos- aniquilasse a totalidade de sua personalidade, de suas escolhas, de sua moralidade, de sua condição social e profissional, reduzindo-a à condição de drogada”.

Diante do exposto, por fim, cabe destacar a **incompatibilidade** entre a *ideologia proibicionista* e a *ética profissional das/os assistentes sociais*.

A barbárie em que vivemos, reproduzida e ampliada pela crise estrutural, fundando na exploração do homem pelo homem e da apropriação dos bens socialmente produzidos se estende até a banalização das piores formas de violência. Vemos os reflexos dessa banalização no extermínio dos jovens negros e de regiões periféricas, tortura e mortes bárbaras de transexuais, homofobia, pessoas em situação de rua, feminicídio, violência domésticas, entre outras tantas expressões da violência.

É neste contexto de desmontes e retrocessos dos poucos direitos conquistados pela classe trabalhadora que os reflexos da ideologia proibicionista se colocam como demanda para atuação dos Assistentes Sociais. Brites (2017), em suas exposições discorre sobre os relatos de Assistentes Sociais que se sentem “inseguros, impotentes e amedrontados” diante das expressões da criminalidade e despreparados para conduzir uma intervenção com os usuários de SPA, reforçando a ideia conservadora e moralizante que o proibicionismo impõe ao consumo de psicoativos ilícitos, além de demonstrar como ainda é defasada a formação e qualificação dos profissionais do Serviço Social nessa perspectiva.

Visto que a barbárie posta pela ordem do capital e a ideologia do proibicionismo, com o objetivo de legitimar o controle sobre determinados grupos da minoria social, a atuação crítica e em concordância com a ética profissional da categoria se coloca como desafio para o cotidiano de atuação.

A ausência dessa crítica reflete nos “comportamentos profundamente marcados” pela visão conservadora e moralista, que tende a banalizar as expressões da barbárie cotidiana, transferindo e culpabilizando os indivíduos sociais. Na contramão dos pressupostos que construímos no presente trabalho ao

apontarmos a relação da crise estrutural com as vivências individuais e o consumo de psicoativos.

Essas formas de atuação entram em “choque” com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Este que foi construído pela profissão no interior das lutas de classes e tem papel incontestável para os profissionais e entidades onde Serviço Social se faz presente. De acordo com a autora,

A concepção ontológica de ética adotada pelo Serviço Social brasileiro tem como fundamento o solo histórico, a realidade humano-social marcada pelos antagonismos de classe e, portanto, por conflitos de finalidades e de valores que orientam as escolhas alternativas dos indivíduos sociais na sociedade e no exercício profissional (BRITES, 2017, p. 213).

Outro fato que precisa ser discutido é a inquestionável requisição pela força de trabalho dos Assistentes Sociais na realização de tarefas que vão de contramão ao que é defendido eticamente pelo Serviço Social. As produções bibliográficas, que tratam sobre a Ética da profissão¹⁵, oferecem aos estudantes e profissionais recursos para o enfrentamento dos desafios resultantes da barbárie cotidiana que é posta no dia a dia da profissão. Sobre a ética no Serviço Social brasileiro, Brites salienta que,

Diferentemente da maioria das profissões que atuam no âmbito das Políticas Sociais, o Serviço Social brasileiro não abstrai a ética e a ética profissional das determinações ontológicas da totalidade da vida social. Tampouco reduz a ética a prescrições normativas de cunho moral ou corporativista ou mesmo a adesão abstrata a princípios e valores cuja efetividade independeria das possibilidades históricas objetivas. (BRITES, 2017, p. 214)

Dessa forma, o Serviço Social brasileiro também considera a ética situando-a no interior da práxis, levando em conta as possibilidades para sua efetivação no interior da totalidade social. Assim, “os conflitos interiores e externos precisam ser analisados com vistas aos valores que as escolhas e decisões se realizam” (BRITES, 2017, p. 217).

Essa vinculação da ética com os valores são pontos importantes para o debate ético do Serviço Social. É nessa direção, que estão fundamentados os princípios ético profissional do Serviço Social, orientando a ação profissional e visando o enfrentamento de todas as formas de dominação e opressão, através de uma atuação pautada na criticidade e democracia.

¹⁵ Ver especialmente Barroco (2001, 2004, 2009, 2011).

Como já apontado anteriormente, a lógica proibicionista opera para os interesses das classes dominantes, atendendo a seus interesses econômicos e políticos de regulação e opressão das classes subalternas. Contribui para criminalização da produção, consumo e comércio de SPA ilícitas, legitima a violência contra os consumidores, além de colaborar com a mistificação e moralização dos usuários de psicoativos ilícitos.

Todos esses pontos vão à contramão da ética inserida na práxis, que possui a liberdade como valor central no enfrentamento das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista, que impede o desenvolvimento dos indivíduos sociais.

Entender e reconhecer criticamente essa incompatibilidade se torna fundamental para o enfrentamento das barbáries cotidianas, neste atual estágio do capital. É necessário que os assistentes sociais repensem em formas de regulação social alternativas ao proibicionismo, tornando-se indispensável para o cotidiano dos profissionais a realização dessa reflexão, observando as consequências de uma abordagem sem fundamentos críticos e o impacto das respostas profissionais para a vida dos indivíduos. Dessa forma, o trabalho profissional não se distancia da ética profissional, uma vez que, esta se realiza através das ações realizadas no cotidiano dos Assistentes Sociais, em todos os espaços de atuação.

Nesse sentido, partindo dos pressupostos e reflexões apresentadas até o momento, passaremos para o próximo capítulo buscando identificar como a produção bibliográfica da profissão – particularmente a publicada nos ENPESS de 2016 e 2018 – articula o debate sobre psicoativos/drogas e a totalidade social, com destaque para a crise estrutural do capital.

4. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE DROGAS (PSICOATIVOS) NOS ARTIGOS DOS ENPESS DE 2016 E 2018.

O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), é realizado pela Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em conjunto com o CFESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS) e se consolidou durante os anos de 1990. Junto as Assembleias Gerais da ABEPSS, hoje são realizados a cada dois anos.

Esses eventos tem papel fundamental na articulação com as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-Graduação, possibilitando a realização do debate político-acadêmico.

O ENPESS tem objetivo de reunir pesquisadores do Serviço Social e, assim, contribuir com a formação continuada dos profissionais da área e suas experiências profissionais, com a produção científica e técnica, socialização das pesquisas e seus resultados, além de contribuir com o fortalecimento das lutas da categoria e fomentar a produção científica acerca do Serviço Social. O evento é constituído de Colóquios, Conferências, Mesas Redondas, apresentação de trabalho e lançamentos de livros.

É necessário destacar que o grande número de artigos presentes em todos os encontros foi a primeira motivação para a escolha dos eventos realizados nos anos de 2016 e 2018.

O segundo ponto responsável pela opção de recorte nos dois últimos ENPESS se deu a partir do contexto político que se consolidou a partir do Golpe político que deu início ao Governo de Michel Temer em 2016. Embora o neoconservadorismo já se fizesse presente no país, é a partir do novo governo ilegítimo que foram dadas as condições para sua ampliação. Dessa forma, as classes subalternas já penalizadas sofrem com os desmontes dos seus parques direitos conquistados. Ficavam evidentes, a partir daquele momento, que os interesses das classes burguesas eram defendidos pelo Estado brasileiro e paradoxalmente os direitos das classes subalternas sofrem com o processo de contrarreformas que se aprofunda naquele cenário. Sobre as contrarreformas discorre Fortes,

As contrarreformas iniciadas anteriormente se aprofundaram no (des) governo Michel Temer, apesar de sua gritante ilegitimidade. Elas se

instauram como dupla garantia: intocabilidade da grande propriedade, por mais lesiva que seja à humanidade e à população (como latifúndios, patentes, papéis da dívida) e extorsão de direitos, rebaixando o valor da força de trabalho e assujeitando-a a piores condições de existência (FORTES, 2017, p. 422).

Ainda neste contexto, as Políticas de Saúde Mental e a Política sobre Drogas sofrem significativas mudanças. Sobre os retrocessos sofridos, manifestou o CFESS,

Novamente o governo ilegítimo de Michel Temer, que tem sistematicamente destruído direitos da população brasileira, ameaça alterar a lógica da política de saúde mental, propondo mudanças substantivas na forma de financiamento, bem como expandindo os hospitais psiquiátricos em detrimentos da ampliação dos serviços substitutivos (CFESS, 2017).

No âmbito das substâncias psicoativas, o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD) em 2016 aprovou a resolução apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que tratava das Comunidades Terapêuticas e seu fortalecimento. Assim, pela nova proposta a lógica da abstinência passou a ser prioritária perante de redução de danos. Contribuindo para a criminalização e distanciamento das substâncias psicoativas em relação à saúde.

Sendo assim, com o agravamento do cenário da crise internacional e da crise política e econômica do país, pensamos que os reflexos destes poderiam estar presentes nas publicações do Serviço Social brasileiro.

Durante o processo de levantamento dos artigos realizamos uma análise de conteúdo. No primeiro momento, foi realizada uma breve leitura dos artigos referentes aos ENPESS dos anos de 2016 e 2018, através do CD-ROM disponibilizados nos encontros. Logo após, com os objetivos pelo qual buscaríamos nos artigos já definidos, foi realizado uma leitura mais detalhada a fim de identificar os elementos presentes no texto que se relacionavam com a crise estrutural e as temáticas a qual o texto também se relacionava.

Para alcançar êxito nessa etapa, a análise foi sistematizada em tabelas, que possibilitavam a classificação das temáticas e facilitavam a leitura dos dados. No terceiro momento, após a análise do documento e da sistematização dos resultados encontrados, foi realizada a análise de dados, que apresenta o número de artigos encontrados, quantos dialogavam de forma direta ou indireta com os rebatimentos da crise estrutural e quais as temáticas eram relacionadas aos mesmos.

Durante este processo, as palavras chave utilizadas na busca foram: drogas e substâncias psicoativas. Dessas, a palavra drogas foi encontrada em **12 artigos** do ano de 2016 e em **17 artigos** do ano de 2018. O termo substâncias psicoativas não foi encontrado em nenhum artigo. Após esse momento de busca pelas palavras-chaves e já com os artigos selecionados, iniciamos o processo de leitura com o objetivo de identificar os elementos definidos anteriormente. Dessa forma, analisamos minuciosamente **29 artigos** no total. Os elementos definidos que nos guiaram em nossa busca foram:

O artigo apresenta relação com a crise estrutural do capital?

Qual a ênfase utilizada pelo/a autor/a para relacionar com a temática de drogas?

Quais as principais referências utilizadas na profissão?

4.1 XV ENPESS (2016)

O XV ENPESS teve como temática "20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS" e foi realizado no Centro de Convenções da cidade de Ribeirão Preto – SP no período de 04 a 09 de dezembro de 2016. O evento teve como objetivo discutir o conjunto de determinações presentes no processo de formação profissional diante da mercantilização do ensino superior no país e os desafios presentes frente a reafirmação dos princípios e valores no Projeto Ético Político da Profissão. Durante o levantamento foram encontrados *12 artigos* que continham a palavra-chave: drogas.

No **artigo 01**, a autora aborda a crise estrutural em seu artigo ao dialogar com Brites (2013), onde discorre sobre os contornos que o uso abusivo de SPA adquire no contexto da crise estrutural. Podemos identificar essa relação quando a autora trás que,

[...] essa problemática incorpora contornos ainda mais dramáticos no contexto de crise estrutural do capitalismo contemporâneo, marcado pelo "desemprego estrutural, aumento da desigualdade, da violência e sucateamento das políticas sociais" (BRITES, 2013, p.50). As crises cíclicas

são inerentes ao sistema capitalista, porém, o atual contexto de crise, afeta todas as dimensões da vida humana, seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital (MÉSZÁROS, 2010) (PINHEIRO, 2016, p. 3).

Como dito anteriormente, o trecho acima reforça o que foi construído ao longo do capítulo 2, em especial o tópico 2.2 (p. 25), onde Meszáros afirma que a atual fase de crise que perpassa o sistema capitalista, afeta não só as esferas econômicas e políticas, mas todas as dimensões que são necessárias para a manutenção da vida humana, gerando reflexos de suas particularidades sobre a vida dos indivíduos e dialogando com a nossa discussão, os rebatimentos que estes possuem sobre a questão das SPA. Neste sentido, a autora relaciona o debate sobre drogas com as Políticas Públicas e o neoliberalismo.

No **artigo 02**, a autora tem como foco as políticas públicas voltadas para a problemática do CRACK. Dessa forma não faz relação direta com a crise estrutural, mas traz sobre a realidade dos frequentadores da crackolândia, que sofre com os rebatimentos da atual fase do capital. Assim, no seguinte trecho podemos identificar essa relação:

Os frequentadores das crackolândias são, em sua maioria, os mesmos que já foram excluídos das políticas públicas brasileiras, filhos da marginalização e das desigualdades sociais; são aqueles que não tiveram acesso a condições dignas de vida, que não tiveram seus direitos à educação, à saúde, ao emprego, à habitação, à cultura e ao lazer, à segurança garantidos e que estão tendo seu direito à vida negligenciado. Não é possível sanar anos de marginalização com uma internação, na maioria das vezes, compulsória (SILVA, 2016, p. 9).

No trecho, temos a exemplificação de como os rebatimentos da crise estrutural se materializam na vida dos indivíduos. Estes que, enfrentam as desigualdades resultantes das contradições presentes no modo de produção capitalista, não têm acesso à condições de satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, uma vez que são criminalizados e excluídos da lógica focalista das políticas públicas. Dessa forma, a autora relaciona a temática das drogas com o debate sobre as Políticas Públicas em particular sobre a saúde mental e problemática do crack.

No **artigo 03**, a autora aborda o Serviço Social no âmbito do álcool e outras drogas, não fazendo dessa forma nenhuma relação com a crise estrutural e seus

rebatimentos, assim o foco da discussão está na relação da temática com as Políticas Públicas e o Serviço Social.

No **artigo 04**, durante a análise do artigo, não foi encontrada relação com a crise estrutural, visto que os autores trazem os resultados de uma pesquisa desenvolvida com mulheres usuárias de psicoativos no CAPS AD. Desta forma, as autoras não discorrem sobre nenhum outro aspecto teórico. O foco da discussão é a temática drogas com o consumo de álcool, a política de saúde mental particularmente no caso de mulheres e o atendimento dessas nos CAPS.

No **artigo 05**, a autora discorre sobre as políticas públicas sobre drogas no Brasil, sendo possível constatar que a relação com a crise estrutural é tratada de forma indireta quando a autora aborda a lógica proibicionista a partir de 1980, nos seguintes trechos:

A existência das SPA vem desde os primórdios da humanidade, embora somente nos anos de 1980, no Brasil, comece a ser vista como problema social e político, inicialmente como alvo de políticas de cunho moralistas e criminalizantes, portanto um caso de Segurança Pública; e somente após significativos avanços foi englobado enquanto questão de saúde pública (SILVA, 2016, p. 2).

Assim como tratado anteriormente, a lógica proibicionista ganha espaço e força quando o consumo de SPA passa a ser foco das políticas públicas que reforçam a ideia da moralização e da criminalização, resultando na redução dos indivíduos em meros “usuários de drogas”, demonstrando ser uma lógica falida e marcada pelos retrocessos que precisam ser superados. Como já sabemos, a ampliação da produção, consumo e comércio de psicoativos ocorre paralelo à crise estrutural do Capital. A relação do debate das drogas apareceu vinculada ao debate sobre Políticas Públicas.

No **artigo 06**, a autora tem como objetivo apresentar reflexões acerca da saúde mental e tratamento de usuários de droga, focalizando no crack e no modelo de internação compulsória. Neste sentido, no trecho:

É na década de 1970 que temos dois processos de fundamental importância para o reconhecimento da política de saúde como política universal e de dever do Estado, conhecidos como Movimento da Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica. Ambos significaram um olhar mais cuidadoso para o processo de adoecimento da população, tendo como novo olhar a priorização da saúde coletiva, a equidade na oferta de serviços e a luta pelo controle social (PRUDENCIO, 2016, p. 3).

Percebemos que o momento histórico tratado faz referência às características da fase estrutural da crise do capital na década de 70, conforme apresentamos ao longo do trabalho. Nesse sentido, relacionado a temática drogas aparece o debate sobre Políticas Públicas, os CAPS e a questão do Crack.

No **artigo 07**, a autora não faz relação com a crise estrutural do capital. O debate da temática aparece vinculado ao debate sobre Políticas Públicas.

No **artigo 08**, os autores trazem os reflexos da violência estrutural, resultante da dinâmica do capital e como esta impacta na juventude brasileira. Sendo assim, nos trechos:

As juventudes brasileiras vivenciam diferentes vulnerabilidades em suas realidades, fruto das diversas formas de produção e reprodução do capital no tempo presente. Essas vulnerabilidades agravam-se a partir da violência estrutural, uma vez que essa violência provoca rebatimentos em milhões de jovens no país, manifestando-se, inclusive, nas precárias formas de inserção no mercado de trabalho. Nesse escopo, crescem as taxas de pobreza e encarceramento juvenil, especialmente no que se refere e ao envolvimento com o mercado do tráfico de drogas, mercado esse que vem absorvendo e recrutando em grande escala os/as jovens para suas atividades. Em uma sociedade capitalista, a pobreza incide na vida dos sujeitos em diferentes dimensões, aprofundando a violação dos direitos e agravando os processos de violência estrutural (SCHERES, DORNELES, SANTOS, NUNES, VALE, 2016, p. 2).

Neste trecho, é possível perceber como a precarização do ensino, a falta de lazer, de oportunidades de trabalho e de políticas eficazes voltada para a juventude é reflexo do modo de produção capitalista. Esse quadro é agravado pelas desigualdades presentes no cotidiano de jovens negros, moradores de regiões periféricas, que veem seus direitos sendo violados por quem deveria garanti-los.

O ideário neoliberal, ainda presente mesmo em perspectivas neodesenvolvidas, impacta diretamente nessa realidade, buscando a focalização de ações voltadas para o enfrentamento do contexto de violação de direitos, muitas vezes, reproduzindo concepções moralizantes [...] (SCHERES, DORNELES, SANTOS, NUNES, VALE, 2016, p. 7).

Assim como nos outros artigos e durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho, percebemos como as políticas públicas no contexto do neoliberalismo possuem um caráter moralista e criminalizante sobre as SPA. Dessa forma, o debate sobre as drogas é relacionado pelos autores à temática da Juventude e das Políticas Públicas.

No **artigo 09**, a autora faz uma análise das falas colhidas durante entrevistas realizadas com adolescentes que atuam ou já atuaram como “mulas” no tráfico internacional, na fronteira entre Brasil e Paraguai. Dessa forma, não há relação com a crise estrutural no referido artigo. As reflexões dessa temática tem intrínseca relação a temática da Juventude e do Tráfico internacional.

No **artigo 10**, os autores têm como enfoque as Comunidades Terapêuticas e o posicionamento do CFESS nesse contexto. Assim, é possível identificar relação com a conjuntura da crise estrutural quando os autores trazem nos seguintes trechos, o posicionamento do CFESS diante desse contexto de terceirização das políticas públicas sobre drogas no Brasil:

[...] Por isso, é primordial o debate da profissão sobre o posicionamento neoliberal que o Governo vem traçando através das Políticas de modo geral e como se materializa no anseio em diminuir sua responsabilidade financiando “comunidades terapêuticas” para o tratamento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) (SOARES; FREIRE, 2018, p.8).

Percebe-se nesse trecho como é importante o debate sobre essa temática dentro da categoria, possibilitando que os profissionais mesmo diante de toda essa conjuntura de retrocessos e desmontes consigam exercer sua atuação de forma que garanta e defenda os direitos dos usuários, sem discursos moralistas e repressores. E que ainda, não compactuem com o financiamento dos setores privados que utilizam a lógica da abstinência, indo de forma contrária a lógica da redução de danos defendida pela categoria. Neste sentido, os autores relacionam o debate das drogas às Políticas Públicas focalizando nas Comunidades Terapêuticas.

No **artigo 11**, a autora aborda a reforma psiquiátrica e a intersetorialidade presente nas ações de atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Assim, ao tratar das ações entre políticas setoriais para o atendimento destes usuários, a autora cita que estas são determinadas pela nova fase do capitalismo. Dessa forma é possível perceber a relação da temática de SPA nos seguintes trechos:

Contudo, essa demanda por integração de ações entre políticas setoriais esta organicamente determinada pela atual fase do capitalismo, que com sua passagem para a acumulação flexível produziu crises estruturais que atingiram diferentes dimensões, e estas serão respondidas “ pelo capital com a reestruturação produtiva, a globalização e a ofensiva neoliberal (BEHRING, 1998, p. 187) (DIAS, 2016, p.6).

A atual crise estrutural do capital, “que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, mirando as condições fundamentais da sobrevivência humana” (MÉSZÁROS, 2009, p. 130) tem desenhado e implantado políticas de cunho focalista, privatistas, desregulamentando e flexibilizando o trabalho e a gestão, alterando a relação público-privado existente no serviço público. (DIAS, 2016, p.6).

Nos referidos trechos acima, fica evidente que os rebatimentos da crise estrutural que afetam todas as esferas da vida humana, incidem sobre o aprofundamento dos desmontes das políticas públicas, que embora já venham de longo prazo com este cunho focalista, no âmbito da crise estrutural são agravadas, afetando diretamente sobre os direitos conquistados pelas classes subalternas. Nesse sentido, a autora relaciona o debate acerca das drogas com as Políticas Públicas, fazendo um recorte e focalizando na Reforma Psiquiátrica.

No **artigo 12**, os autores possuem como foco a realidade alagoana no enfrentamento das SPA e o resgate histórico das políticas públicas, sendo assim não foi identificado relação com a crise estrutural. Neste artigo, o foco da discussão sobre as drogas se relaciona as Políticas Públicas, focalizando na Saúde Mental e no CAPSAd.

Como resultado do primeiro elemento definido para a busca, foi encontrada a relação com a crise estrutural do capital em **7 artigos**. Destes, apenas em **1 artigo** (artigo 01) foi possível encontrar esta relação de forma direta. Nos outros **6 artigos**, foi constatado os rebatimentos que esta fase atual do capital reproduz sobre a questão das substâncias psicoativas e seus usuários.

O segundo elemento que destacamos, em relação as temáticas que os autores relacionam seus artigos, estão sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 2 – Relação das temáticas utilizadas nos artigos.

Temática	Frequência em que aparece nos artigos
Políticas Públicas	10
Saúde Mental	3
CAPS	3
CRACK	2
Juventude	2
Neoliberalismo	1
Serviço Social	1

Comunidades Terapêuticas	1
Mulher	1
Reforma Psiquiátrica	1
Álcool	1

Sistematização própria.

Assim, a temática que mais foi utilizada nos artigos foram as Políticas Públicas, sendo que o enfoque foram as Políticas Públicas sobre Drogas e a Política Pública de Saúde Mental. Em geral os apontamentos se direcionavam para os retrocessos e desmontes resultantes do contexto político e econômico que perpassa o modo de produção capitalista em sua fase de crise contemporânea.

Assim, é perceptível como esses desmontes reforçam a ideia da criminalização das SPA e seus usuários, a ideologia proibicionista e as formas de tratamento que visam a lógica da abstinência como prioritária em relação à redução de danos.

As outras temáticas refletem como são escassas as produções teóricas sobre conceitos que possuem grande importância quando se trata do contexto de SPA, bem como de grupos específicos da sociedade, mas que apesar desta importância, são pouco discutidas dentro da categoria.

No terceiro elemento em relação às principais referências utilizadas nas produções sobre psicoativos no Serviço Social, o primeiro ponto identificado foi a similaridade dos autores utilizados nos artigos dos ENPESS e os utilizados por nós nesta monografia. Desta forma, é perceptível como ainda há poucas referências que discutam a temática das substâncias psicoativas no âmbito do serviço social, dificultando as produções teóricas sobre o trabalho dos profissionais nesse contexto.

Destacamos dois autores que foram fundamentais para a elaboração dessa monografia e que apareceram frequentemente nos artigos do ENPESS: **István Mészáros e Cristina Maria Brites**¹⁶. O primeiro através de seus debates contribui para o entendimento do processo que desencadeou esta fase da crise que perpassa

¹⁶ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992), mestrado em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em Serviço Social: Serviço Social, Fundamentos e Prática Profissional pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Pós-doutoramento em Serviço Social pela PUC/SP (2014). Atualmente é professora Associada II da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Ética e Direitos Humanos. (Informações coletadas no Lattes em 02/07/2019).

o sistema metabólico do capital, além de facilitar o entendimento em relação as particularidades e desencadeamentos desses processo. A segunda autora dedica seus estudos as questões das drogas relacionando o debate ao Serviço Social, trazendo reflexões sobre a lógica proibicionista, a atuação dos Assistentes Sociais frente a essas conjunturas adversas.

Ao final desta análise, constatamos que apesar do cenário político que já enfrentava o país e se agrava a partir daquele ano (2016), os reflexos desse contexto não se expressaram de imediato nos artigos da maneira como pensamos antes de iniciar os levantamentos e análises.

“Com a ascensão de Michel Temer à presidência da República, aprofundaram-se as tendências a retrocessos quanto à efetivação das diretrizes e objetivos que fundamentam as RAPS, particularmente no campo da atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Merecem destaque aqui a Resolução nº 32/2017, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do SUS, que regulamenta a chamada nova Política de Saúde Mental e a Resolução nº 01/2018, do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas do Ministério da Justiça (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2018), que aprova novas diretrizes para realinhamento da política nacional sobre drogas. Ambas as resoluções apontam caminhos opostos àqueles defendidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira para atenção aos sujeitos em sofrimento psíquicos e/ou usuários de álcool e outras drogas. É sobre a Resolução nº 32/2017 (BRASIL, 2017) que se baseiam as considerações aqui realizadas.” (PRUDENCIO, SENNA, 2018. p. 85).

Naquele momento, apesar do número de artigos encontrados, estes ainda demonstram que não há tantas produções teóricas sobre a temática de SPA como se faz necessário para contribuir para uma formação continuada e para a atuação da categoria, voltada para a garantia dos direitos dessa parcela da população que sofre com a moralização, banalização e exclusão da sociedade. Visto que, é notório os retrocessos no âmbito da saúde mental, principalmente na atenção aos usuários de álcool e outra drogas, a ampliação dos debates e produções teóricas dentro da categoria do Serviço Social se faz necessário, uma vez que “a discussão em torno da atenção aos usuários de álcool e outras drogas expressa a própria complexidade da questão, que exige um processo permanente de reflexões e transformações” (PRUDENCIO, SENNA, 2018, p.89).

4.2 – XVI ENPESS (2018)

XVI ENPESS – 2018 aconteceu no período de 2 a 7 de dezembro de 2018, na Universidade Federal do Espírito Santos (UFES) em Vitória – ES, trazendo como tema “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”. O evento é um importante espaço para profissionais, estudantes, pesquisadores e militantes do Serviço Social socializarem experiências, pesquisas e resultados e assim contribuírem para uma formação continuada, para o fortalecimento da categoria e para a fomentação das produções teóricas do Serviço Social. Durante o processo de levantamento dos artigos, foram encontrados *17 artigos* através da palavra-chave: drogas.

No **artigo 01**, os autores têm como objetivo realizar uma análise do perfil das Assistentes Sociais do CAPSAd. Dessa forma, a relação com a crise estrutural pode ser percebida, quando os autores trazem sobre o vínculo empregatício das profissionais, que pode ser contextualizado na reestruturação do capital e o neoliberalismo.

Um dado significativo encontra-se no vínculo empregatício das profissionais, sendo a forma de contratação terceirizada. Podendo ser contextualizado a reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo, que se intensifica nos anos de 1990, onde a classe trabalhadora vivencia os desajustes do sistema capitalista que traz a precarização do trabalho (MENEZES; SANTOS; PINA, 2018).

Como dito acima e de acordo com o trecho destacado, identificamos que a forma como os vínculos empregatícios têm se configurado atualmente, é resultado do processo de reestruturação do capitalismo e do neoliberalismo, marcas da crise estrutural do capital. Dessa forma, os autores relacionam a temática das drogas com as Políticas Públicas, focalizando na prática profissional no CAPSAd.

No **artigo 02**, a autora traz uma discussão do uso de SPA a partir da perspectiva de questão criminal relacionada a saúde mental. Sendo assim, não há nenhuma relação com a crise estrutural no artigo. A temática das drogas é Relacionada à Saúde Mental e à Criminologia Crítica.

No **artigo 03**, o autor discorre sobre a constituição histórica da Política de Drogas no Brasil e como se dá a sua manutenção frente às ofensivas neoliberais, abordando ainda a luta antimanicomial.

As mudanças no âmbito do processo de acumulação capitalista, desencadeadas pela reestruturação produtiva, conferiram à sociabilidade

burguesa características particulares que aprofundaram as desigualdades entre o desenvolvimento do indivíduo social e o gênero humano. Os processos de alienação e de reificação foram aprofundados e criaram novos obstáculos para a afirmação da existência ética e da capacidade de autonomia e liberdades humanas. O uso de drogas neste contexto assume contornos dramáticos em razão dos danos associados ao incremento do consumo, da dependência e dos riscos de transmissão de doenças. As práticas proibicionistas e a repressão jogam um peso diferenciado sobre essa realidade e contribuem para o aumento da violência e da criminalidade (BARCELLOS, 2018).

Assim como abordado anteriormente, este trecho deixa clara a falência da ideologia proibicionista no seu discurso de enfrentamento ao consumo e comércio de psicoativos. A partir de todas as reflexões feitas durante a elaboração deste trabalho, vimos como esta ideologia falha no seu discurso e contraditoriamente contribui para a ampliação do mercado ilícito de psicoativos e para a criminalização dos usuários de SPA. No referido artigo, o autor Relacionam a discussão das drogas às Políticas Públicas com enfoque na Saúde Mental.

No **artigo 04**, apesar das autoras traçarem o histórico da Política de Drogas no Brasil focando nas comunidades terapêuticas, não adentra na questão da crise estrutural. Dessa forma o artigo não apresenta nenhuma relação com a crise estrutural. Os autores relacionam com a temática das drogas com as Políticas Públicas, focalizando na Saúde Mental e Comunidades Terapêuticas.

No **artigo 05**, no referido artigo, os autores trazem uma problematização acerca da atuação do Serviço Social com os trabalhos em grupo na atenção psicossocial da política pública da saúde mental. Dessa forma, não foi constatado nenhum trecho no artigo que faça relação com a crise estrutural do capital. O debate das drogas foi relacionado a Saúde Mental, Serviço Social, CAPS e RAPS.

No **artigo 06**, a autora apresenta os impactos da “guerra às drogas” sobre o encarceramento, através da lógica proibicionista. Dessa forma, foram constatados nos seguintes trechos os reflexos da crise estrutural do capital desempenha sobre a sociedade neste contexto.

A mídia apresenta a juventude pobre, preta, indígena e periférica, bem como seus territórios, como o problema por trás das drogas, mistificando os lucros da classe burguesa, políticos e autoridades com relação ao comércio de psicoativos (SANTOS, 2018).

Novamente ficam evidentes, ao analisarmos esse trecho, as reflexões que fizemos neste trabalho acerca da alienação da mídia sobre a sociedade, que criminaliza os jovens negros, indígenas, pobres moradores de regiões periféricas e transfere para estes toda a culpa pela ampliação do consumo e comércio das substâncias. No trecho abaixo, temos exemplificações de como toda essa exclusão impacta na vida dos jovens e servem de engrenagem para o encarceramento dos mesmos.

Via ausência de políticas públicas, e a lógica mercantilista que se produz socialmente, as lógicas e cotidianos de exclusão, somada as necessidades de suprir as condições objetivas de vida e a indução ao comércio e produção/manejo das drogas as periferias ou territórios de determinados encontros, ramo de comércio em que os jovens são atraídos, devido a possibilidade de promoção e respeito nas hierarquias e postos de trabalho do tráfico de drogas, tal engrenagem conduz ao mesmo tempo esses jovens as fundações para casas e às prisões (caso sobrevivam até a maioridade) ou a morte violenta (SANTOS, 2018).

Neste sentido, o autor relaciona a questão das drogas com o proibicionismo e o encarceramento.

No **artigo 07**, os autores fazem uma análise da política de saúde mental, acerca da rede de atenção psicossocial do Rio Grande do Sul dialogando com as avaliações feitas pelos usuários de SPA e familiares, trabalhadores e gestores da área.

O Estado brasileiro tem sofrido com o desmonte dos direitos sociais por meio da adoção de uma agenda neoliberal, com faces radicais que atacam as conquistas sociais presentes na Constituição Federal. Esses ataques são frutos da reorganização do capital financeiro, o qual vem impondo a precarização em diferentes âmbitos da vida em sociedade. É nesse cenário que se percebe a restrição da competência do Estado no âmbito das políticas sociais, as quais se encontram cada vez mais fragmentadas. A política sobre drogas, especialmente no âmbito da saúde mental, também sobre os rebatimentos desse cenário de crise (SANTOS; BULLA; SOARES, 2018).

Assim, como nos trechos acima, neste temos a constatação dos impactos do neoliberalismo sobre os direitos sociais, que sofrem com o processo de desmontes e retrocessos afetando as Políticas Públicas e a atuação dos profissionais nos espaços sócio-ocupacionais. Os autores trazem para o debate das drogas a relação com as Políticas Públicas de Saúde Mental, junto ao CAPS e a RAPS.

No **artigo 08**, os autores têm como enfoque nesse artigo os impactos do uso abusivo de psicoativos para as famílias que tem idosos como provedores, sendo

assim não apresenta relação com a crise estrutural. Temática relacionada aos Idosos.

No **artigo 09**, o autor discorreu sobre a atuação dos assistentes sociais na redução de danos em relação aos usuários de SPA.

Assim, a partir da relação entre capital e trabalho, aprofundam-se as desigualdades sociais, e, em consequência, as expressões da questão social estão em constante crescimento, devido a crises econômicas e políticas. Atualmente a falta de recursos e a elevação dos problemas sociais é uma realidade que pode ser ilustrada através de desemprego, trabalho infantil, favelização, violência, prostituição, dependência química, dentre outros (PEREIRA, 2018).

Outra vez, o referido trecho ilustra os reflexos da realidade atual provocados pelo contexto da crise estrutural do capital. Assim como, é levantado durante este trabalho. A temática das drogas neste artigo foi relacionada pelos autores com a lógica da Redução de Danos.

No **artigo 10**, não foi constatado nenhuma relação com a crise estrutural do capital, embora o autor tenha relacionado a temática com a Saúde Mental e a RAPS.

No **artigo 11**, os autores abordam os impactos do tráfico de drogas para a juventude e como consequência o aumento do encarceramento, resultado dos rebatimentos da crise estrutural do capital.

Compreender a trajetória da juventude no tráfico de drogas exige a compreensão de um complexo de complexos (LUKÁCS, 2005) em intensa articulação no interior do desenvolvimento da sociabilidade capitalista diante de uma intensa crise estrutural do capital. Tal crise apresenta consequências nunca antes vistas pela humanidade, possuindo como características o seu caráter universal, não resumido em um ramo de produção, o seu escopo global, em contínua permanência, não sendo apenas uma crise cíclica, com desdobramentos graduais (MÉSZAROS, 2011). Os impactos dessa crise são vivenciados pela classe trabalhadora, sofrendo com as medidas da austeridade, com o objetivo de ampliar o processo de acumulação do capital (SCHERER, SANTOS, ALORALDO, NUNES, 2018).

Sendo assim, esses sujeitos vivenciam com maior intensidade os processos de precarização do trabalho e das políticas públicas, ampliados em um contexto de acentuação de ideias neoliberais (SCHERER, SANTOS, ALORALDO, NUNES, 2018).

[...] Todavia, percebe-se que a juventude vem se constituindo em um dos segmentos sociais mais atingidos pela ordem do capital no cenário contemporâneo, seja pelos altos índices de homicídio e encarceramento juvenil, bem como pela ausência de políticas públicas universais que materialize direitos a estes segmentos da população (SCHERER, SANTOS, ALORALDO, NUNES, 2018).

Os trechos acima, trazem referências para a discursão similares as que foram utilizadas no trabalho, discorrem sobre os impactos da crise para o cotidiano dos indivíduos, focalizando na juventude excluída que são impactados com maior intensidade pela logica neoliberal. Os autores trazem para a discussão a relação das drogas com as politicas publicas e a juventude.

No **artigo 12**, os autores trazem a relação do uso de substâncias psicoativas e o serviço social, perpassando pelos rebatimentos da atual fase do capitalismo contemporâneo.

[...] No novo cenário do capitalismo contemporâneo, o uso das drogas passa a ser uma das expressões da “questão social”. As drogas expressam uma objeção para a sociedade na medida em que geram preocupação social e necessitam, assim, de uma resposta do Estado, seja no âmbito da repressão, do controle, e, posteriormente, do cuidado (ERNANDES, PEREIRA, DOURADO, SOARES, 2018).

Assim como os demais trechos, constatamos os rebatimentos da crise estrutural sobre o consumo de psicoativo. Este debate é apresentado por Mészáros, em suas reflexões acerca do processo de passagem das crises cíclicas para a conjuntura de crise estrutural. Assim, o referido autor é uma referência fundamental para dialogar com os rebatimentos oriundos dessa conjuntura para a atuação profissional do Serviço Social. Os autores fizeram relação da temática das drogas ao Serviço Social.

No **artigo 13**, não há nenhuma relação com a crise estrutural do capital. A temática das drogas foi relacionada ao Serviço Social

No **artigo 14**, não foi encontrado nenhuma relação direta com a crise estrutural. O debate das drogas foi relacionado a questão de gênero, focalizando no encarceramento das mulheres.

No **artigo 15**, a autora aborda os impactos sofridos pela saúde e como esses desmontes impactam sobre a vida dos usuários de psicoativos.

Na atualidade, a hegemonia neoliberal tem acarretado a precarização, a terceirização dos direitos humanos, o desfinanciamento, entre outros fatores, prejudicando a efetivação do SUS e das Reformas Sanitária e Psiquiátrica caracterizando a segmentação do sistema direcionando-o às camadas mais empobrecidas da população (CARVALHO, 2018).

O contexto político que se efetivou a partir do governo ilegítimo de Michel Temer, em 2015 criou condições para o aprofundamento do neoliberalismo. Como já

abordamos acima alguns fatores como a terceirização, o desfinanciamento e o desmonte dos direitos são as marcas desse processo. Dessa forma, os impactos na saúde, refletem diretamente na plena efetivação das Políticas Públicas voltadas para a saúde mental, e conseqüentemente para os usuários de substâncias psicoativas. Neste sentido, a autora utilizou as temáticas das Políticas Públicas e Saúde com o debate das drogas.

No **artigo 16**, a autora realiza uma problematização acerca do consumo de psicoativos como uma das expressões da “questão social” e contextualiza com o momento de crise estrutural que perpassa o capital.

Ao compreender a “questão das drogas” como uma expressão contemporânea da “questão social”, delineada a partir dos anos de 1970, resultante das mudanças no padrão de acumulação capitalista, ou seja, da crise e mundialização do capital, da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, de um menos Estado social e um mais Estado penal que permitiu a consolidação do proibicionismo, e da política de guerra às drogas, chega-se ao entendimento de que “se a lei geral da acumulação capitalista opera independentemente das fronteiras nacionais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza” (NETTO apud IAMAMOTO, 2011, p. 128). Daí decorre a importância de entender as particularidades da formação histórica brasileira para analisar a “questão das drogas” no país (ALBUQUERQUE, 2018).

Por fim, este último trecho nos traz toda a reflexão que realizamos durante o trabalho e demonstra como o crise estrutural tem total influência sobre o consumo abusivo de psicoativos, entendido como uma das expressões da “questão social” resultante das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, onde as classes subalternas são afetadas para garantir os interesses da burguesia. Neste sentido, a temática relacionada as drogas foram as expressões da “Questão social”.

No **artigo 17**, não faz relação com a crise estrutural do capital e o debate das drogas se relaciona com o Serviço Social e as Comunidades Terapêuticas.

Ao final do processo de levantamento, **17 artigos** foram encontrados no CD-ROM do evento. Destes, durante o momento de leitura detalhada foram encontrados **9 artigos** que fazem relação direta ou indireta com a crise estrutural do capital, sendo que em dois (**artigos 12 e 16**), esta relação está posta de forma direta. Nos outros **7 artigos**, foi constatado que os autores trazem para a discussão os reflexos e rebatimentos desse momento de crise estrutural para a questão das substâncias psicoativas.

No segundo momento de leitura e análise o objetivo do elemento definido anteriormente, era identificar quais temáticas os autores utilizaram para relacionar a temática das drogas. O resultado dessa análise foi sistematizado abaixo para facilitar a compreensão.

Temática	Frequência em que aparece nos artigos
Políticas Públicas	6
Saúde Mental	6
Serviço Social	3
CAPS	3
Comunidades Terapêuticas	2
Encarceramento	2
RAPS	2
Mulher	1
Idosos	1
Proibicionismo	1
Juventude	1
Prática profissional	1
Criminologia Crítica	1

Com estes dados, podemos observar que assim como no ENPESS de 2016, as temáticas que aparecem com maior frequência foram Políticas Públicas e Saúde Mental. Isto demonstra, a nosso ver, como a categoria defende o distanciamento da questão das drogas da visão criminalizante e moralista que a sociedade impõe sobre os usuários e como é necessária a aproximação a saúde mental, priorizando a lógica da redução de danos em relação a ideia do tratamento voltado para a abstinência, modelo defendido pelas Comunidades Terapêuticas.

Ao mesmo passo, fica evidente que as produções teóricas do serviço social expressam a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas essa questão das substâncias psicoativas e que garantam os direitos essa parcela da sociedade. Embora, como já constatado nos artigos do ENPESS de 2016, o contexto político e econômico que já era presente na sociedade e se agravou após o golpe político, impacta diretamente na ampliação de tais políticas, uma vez que os

recursos que deveriam ser destinados aos equipamentos que operam sob a lógica da redução de danos são transferidos para as Comunidades Terapêuticas e instituições privadas, favorecendo os interesses dos setores privados.

As demais temáticas utilizadas pelos autores dos artigos nos mostra que a interlocução das produções teóricas com outras áreas ainda são poucas, visto que essa questão das drogas engloba diversas áreas de atuação dos profissionais de Serviço Social, demandando assim uma intervenção voltada para garantia dos direitos dos usuários e pautada nos princípios do projeto ético político que norteia a profissão.

Por último, buscamos identificar quais as referências foram utilizadas com maior frequência pelos autores dos artigos. Após o levantamento, foi possível constatar que as referências mais utilizadas são similares as utilizadas no Serviço Social, principalmente durante a graduação. Destacamos, José Paulo Netto, Marilda lamamoto, Ana Elizabeth Motta, Rita de Cássia Cavalcante Lima e Cristina Brites. Essas duas últimas autoras tiveram fundamental importância na elaboração deste trabalho, através de suas contribuições sobre a temática para as produções teóricas do Serviço Social.

É evidente que as publicações sobre a temática das drogas apresentou pequenos avanços em relação aos eventos anteriores, esses avanços são refletidos tanto no número de artigos quanto no número de referências que foram utilizados para dar base ao que estava sendo construído. Mas, ainda é perceptível que a categoria ainda demanda de mais produções teóricas que auxiliem na formação continuada e no cotidiano de atuação dos profissionais do Serviço Social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta identificar de que forma o consumo abusivo de substâncias psicoativas no contexto da crise estrutural do capital está posto nos debates teóricos do Serviço Social. Partimos da hipótese de que o uso abusivo dessas substâncias têm relação com o momento de crise que perpassa o capital, portanto, buscamos compreender de que forma essa relação se apresenta.

Através de pesquisa documental, apoiada no método do Materialismo histórico dialético para realizar uma apreensão crítica acerca da realidade, iniciamos as reflexões sobre desenvolvimento histórico das substâncias psicoativas desde sua origem nas sociedades primitivas até configuração enquanto mercadoria na ordem capitalista. Para entender a atual fase da crise estrutural que incide sobre o sistema metabólico do capital, utilizamos os debates trazidos por Mészáros, tornando evidentes as novas particularidades que esta fase apresenta.

Neste sentido, vimos que a passagem do uso ritualístico e cultural das substâncias psicoativas é marcado pelo desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, simultâneo à Revolução Industrial e expansão das grandes navegações, que facilitaram a difusão das drogas enquanto mercadoria. Posteriormente, perpassamos pelas mudanças no padrão de consumo provocado pelas mudanças das necessidades sociais, influenciadas pela cultura pós-moderna, onde o uso das substâncias passa a ser acompanhado pela moralização e criminalização, sustentadas pela lógica proibicionista.

Seguindo na proposta de responder nossos objetivos iniciais, trouxemos para o debate as reflexões apresentadas por Mészáros (2009) em sua obra. Assim, identificamos que as crises cíclicas caracterizadas pelos longos períodos de expansão e queda na produtividade são substituídas pela sua nova fase, que se apresenta de forma longa e duradoura. Assim, o capital se vê impossibilitado de manter sua expansão, atingindo seus limites absolutos. Dessa forma, este processo não atinge somente a economia, mas todas as esferas da vida social.

Partindo desse pressuposto, entendemos como os rebatimentos da crise estrutural, o desemprego crônico, o aprofundamento das desigualdades, preconceitos, do racismo, a violência contra as minorias, o desmonte dos parques direitos conquistados pelas classes subalternas, entre outros influi sobre o consumo

das substâncias psicoativas e sobre as Políticas Públicas que visam à defesa dos direitos desses usuários.

Por fim, o terceiro objetivo se propunha a realizar o levantamento e análise dos artigos dos XV ENPESS 2016 e XVI ENPESS 2018, que apresentassem a temática das drogas relacionado a crise estrutural. Dessa forma, na análise inicial identificamos 29 artigos presentes nas duas edições do ENPESS analisadas. No segundo momento de análise mais detalhada, através da leitura encontramos a relação direta ou indireta, em 7 artigos do XV ENPESS 2016 e 16 artigos do XVI ENPESS 2018. É perceptível como as temáticas das Políticas Públicas e da Saúde Mental são os mais utilizados para fazer reação a temática das drogas, principalmente no que tange aos desmontes e retrocessos que as Políticas vem sofrendo. Identificamos ainda, que embora apresente um numero considerável de publicações, esta ainda não se fazem necessárias para a garantia de uma formação continuada e para a atuação crítica dos profissionais do Serviço Social.

Dessa forma, defendemos que são necessárias ampliações dos debates teóricos sobre esta temática, uma vez que se constituem processos longos e mutantes que exigem constantes transformações para se adequarem as condições adversas que são postas ao cotidiano social e profissional.

Na atual conjuntura, embora não sejam exclusivos desta, as condições de trabalho precárias, as requisições focalistas e excludentes que são postas pelas instituições aos profissionais se agravam e dificultam a atuação crítica e generalista pautada nos princípio ético políticos, técnico-operativa e teórico metodológicos do Serviço Social. Por isso ratifica-se que se faz necessário o incremento de referências e produções teóricas que amparem os profissionais diante das contrariedades e desafios postos pela crise estrutural ao seu trabalho, colaborando com uma atuação que vise à garantia dos direitos das minorias.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 95-101.

BARROCO. M. L. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, abr./jun. 201.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.028**, de 01 de julho de 2005. Determina as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência. Brasília (DF), 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília (DF), 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf. Acesso em 16/12/2014>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília (DF), 2004. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília (DF), 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRITES, Cristina Maria. **Psicoativos (drogas) e serviço social: uma crítica ao proibicionismo**. São Paulo: Cortez, 2017.

CONAD. Ministério da Justiça. **Política nacional sobre drogas**. Brasília (DF), 2005, Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/conad/anexos/lei-no-11-343-de-23-08-2006.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O estigma do uso de drogas**. In: *Caderno 2 - Assistente social no combate ao preconceito*. Brasília (DF), 2016

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESCOHOTADO, Antônio. **O livro das drogas: usos e abusos, preconceitos e desafios**. São Pauli: Dynamis Editorial, 1997.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, crises e conjuntura**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116>> Acesso em: 01 jul 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Moderna, 2005.

KOUTOUZIS, M. & PEREZ, P. **Atlas Mondial das Drogues**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

LESSA, M. B. M. F. **Os paradoxos da existência na história do uso das drogas**. 1998. Disponível em: <www.ifen.com.br/artigos.htm>. Acesso em: 06 nov. 2018.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais**. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LUKÁCS, Georg. **O problema da ideologia.** *Per l'ontologia dell'essere sociale.* Tradução Ester Waisman. Roma: Riunit, 1981

MÉSZAROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 — Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.* Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1.ed.- São Paulo: Expressao Popular, 2011.

PANIAGO, Cristina. **A Crise Estrutural do Capital, os Trabalhadores e o Serviço Social.** In: *“Crise Contemporânea e Serviço Social”.* CRESS RN, Edufal, Maceió, 2010. Disponível: <
<http://cressrn.org.br/files/arquivos/3X1OL807h05Zp51XR6H7.pdf>> Acesso em: 08 mai. 2019

PASSETTI E. **Das fumeries ao narcotráfico.** São Paulo: EDUC; 1991

PRUDENCIO, J. D. L.; SENNA, M. C. M.; **Retrocessos na atenção a usuários de álcool e outras drogas.** Argum., Vitória, v. 10, n. 3, p. 79-93, set./dez. 2018. ISSN 2176-9575. Disponível em: < DOI: <http://10.18315/argumentum.v10i3.20854>>. Acesso em: 14 mar. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos.** Ouro Preto, 2017. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/image/guia-normalizacao-sisbin.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

VICKERY, M. L. & VICKERY, B. (1981). **Secondary Plant Metabolism**. The Macmillan Press Ltd., Hong Kong

7 ANEXOS

ANEXO A – Tabelas com os artigos do XV ENPESS 2016.

NÚMERO DO ARTIGO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR/A	PALAVRAS CHAVE	RESUMO
01	A FUNÇÃO SOCIAL DAS DROGAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: Enquanto Mercadoria e Necessidade Humana	Samya Katiane Martins Pinheiro	Drogas, mercadoria, necessidades humanas e políticas públicas sobre drogas.	Este estudo busca trazer para o centro da análise a função social das drogas no capitalismo contemporâneo, a partir da apreensão que a droga se enquadra em duas categorias fundamentais que serão aqui abordadas: enquanto uma necessidade humana e enquanto mercadoria, explicitando a contraditoriedade da atual política pública brasileira sobre drogas. Para essa abordagem a metodologia utilizada para análise foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Tendo como eixo norteador uma perspectiva que valorize a primazia do Estado na esfera pública e a defesa intransigente dos Direitos Humanos.
02	A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL: estratégias de intervenção do Estado no contexto atual e seus desdobramentos na sociedade	Pâmela Migliorini Claudino Da Silva	Políticas públicas, drogas, legislação.	No Brasil, a discussão sobre o consumo de drogas, de forma sistematizada, iniciou-se em 1911 e estava atrelada às perspectivas proibicionistas mundiais que criminalizavam e provocavam segregação do usuário. Este estudo buscou analisar as políticas públicas e legislação sobre drogas no Brasil, nos dez últimos anos, e seus desdobramentos na sociedade. É um recorte de monografia apresentada em 2013 para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas. Efetuou-se levantamento dos dispositivos mencionados e, após investigação documental e análise das principais diretrizes, realizou-se síntese histórica das políticas públicas sobre drogas no país e reflexão teórica sobre seus progressos e retrocessos.
03	O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	Gabrielle Borges Costa	Serviço Social e saúde mental; Serviço Social e drogas; Serviço Social e prática profissional.	Os prejuízos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas apresentam-se como uma questão relevante no cenário nacional e internacional. A ampliação do debate sobre o uso de substâncias psicoativas chama a atenção para a necessidade de conhecer a aproximação do Serviço Social com o campo de álcool e outras drogas, sendo os seus prejuízos uma expressão da questão social. O objetivo deste estudo é conhecer, por

				meio de uma revisão de literatura, como essa categoria tem problematizado sua vinculação com este campo e destacar as principais reflexões acerca desse assunto junto ao exercício profissional.
04	A EXPERIÊNCIA DO USO DE DROGAS POR MULHERES USUÁRIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS AD)	Josilene Barbosa Do Nascimento, Idalina Maria Freitas Lima Santiago.	gênero, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), mulheres drogaditas.	Considerando serem imprescindíveis estudos sobre a dependência por mulheres de substâncias psicoativas para que seja possível a construção de projetos terapêuticos que deem conta da especificidade feminina, a pesquisa realizada, cujos resultados são apresentados aqui sucintamente, teve como principal objetivo detectar e analisar as peculiaridades da dependência química feminina a partir das falas coletadas através de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida junto a 12 mulheres dependentes químicas em tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS ad), localizado na cidade de Campina Grande – PB
05	Políticas públicas sobre drogas no Brasil: da questão de segurança pública à questão de saúde pública	Ellayne Karoline Bezerra Da Silva	Políticas Públicas. Saúde Pública. Segurança Pública. Substâncias Psicoativas.	O artigo tem por objetivo descrever e analisar o percurso das ações governamentais nas expressões da questão social envolvendo o uso nocivo/arriscado de Substância Psicoativa - SPA na realidade brasileira. Para tanto explicitou se alguns conceitos-chaves bem como a análise histórica com recurso à revisão de literatura e análise documental a partir do próprio texto das políticas.
06	Atenção aos usuários de drogas: considerações sobre o tratamento e internação compulsória	Juliana Desiderio Lobo Prudencio	Política, Droga, Internação Compulsória.	O objetivo do presente trabalho é apresentar reflexões sobre a condução da política de saúde mental no tratamento dos usuários de droga, com ênfase nos usuários de crack e na atual medida de “tratamento”: a internação compulsória. Partindo da compreensão dos avanços legais no tratamento a usuários de drogas, a partir destes realizará uma análise da internação compulsória. Utilizou-se como método a análise da política de atenção aos usuários de drogas, que parte da compreensão do apresentado nos documentos; somada a uma revisão bibliográfica de leituras que substancie a compreensão do tema.
07	A POLÍTICA SOCIAL DE DROGA PORTUGUESA EM PERÍODO DE	Rita De Cássia Cavalcante Lima	Austeridade; proibicionismo às drogas; crime de consumo.	O texto é um resultado da pesquisa em Estágio Pós-Doutoral, cujo objetivo foi conhecer o atual quadro da política pública de droga em Portugal. A

	AUSTERIDADE ECONÔMICA			política em curso se insere em uma reforma, em contexto de fortalecimento da proteção social portuguesa. Mas desde 2008, com a entrada da política de austeridade, a política de droga vem sofrendo com a contrarreforma. Esta mudança conservadora se insere num conjunto de perdas na proteção social, sob expressões tais como o retorno do sentenciamento penal de usuários de drogas com quantidade superiores ao permitido para o consumo dessas mercadorias em dez dias.
08	O impacto da violência estrutural e as políticas públicas para jovens envolvidos com o tráfico de drogas	Giovane Antonio Scherer Alexia Dorneles Camila Bassôa Dos Santos Cíntia Florence Nunes Almadiva Gomes Do Vale.	Juventudes. Tráfico de Drogas. Violência Estrutural. Políticas Públicas.	Apresentam-se, neste artigo, algumas reflexões acerca do impacto da violência estrutural para as juventudes, compreendida como resultante da dinâmica do capital e, além disso, denota sua relação com os índices de encarceramento e mortalidade juvenil no Brasil. O estudo, que vem sendo desenvolvido com jovens privados de liberdade, visa compreender as suas trajetórias no tráfico de drogas e o acesso às políticas públicas deste segmento populacional. Ao propor a análise dessa realidade, pretende-se contribuir com subsídios tanto para reflexões teóricas no âmbito das ciências sociais aplicadas, como na qualificação de políticas públicas voltadas às juventudes.
09	PERSPECTIVAS DE FUTURO E ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS: narrativas de meninos e meninas que atuam como “mulas” do tráfico de drogas na fronteira Brasil – Paraguai	Andréa Pires Rocha	adolescência; tráfico de drogas; criminalização da pobreza; direitos sociais	No presente artigo refletimos acerca das narrativas sobre as perspectivas de futuro e acesso aos direitos sociais de adolescentes que atuavam (atuam) como “mulas” na rota de tráfico internacional proveniente da fronteira Brasil – Paraguai. As falas são analisadas a partir das categorias trabalho, ideologia e criminalização da pobreza. O debate em questão é parte da tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP-Franca, intitulada como “Trajetórias de adolescentes apreendidos como ‘mulas’ do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil – Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza” (2012).
10	As comunidades terapêuticas da região metropolitana de Belém e o posicionamento do	Mayra Soares e Samuel Freire	Política Pública, Política sobre Drogas, Comunidades	O presente artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão acerca da atual e complexa conjuntura da Política sobre Drogas e, mais especificamente, no

	CFESS diante da terceirização da política pública sobre drogas no Brasil		Terapêuticas.	rebatimento desta nas comunidades terapêuticas (CTs) da Região Metropolitana de Belém (RMB), além de levantar o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em menção às adequações das comunidades terapêuticas ressaltando os efeitos da política neoliberal em detrimento da diminuição do Estado e da responsabilização de suas intervenções para o terceiro setor.
11	REFORMA PSQUIÁTRICA E INTERSETORIALIDADE NA GESTÃO DA ATENÇÃO A USUÁRIOS COM NECESSIDADES DECORRENTES DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	Miriam Thais Guterres Dias	Reforma psiquiátrica. Intersetorialidade. Política de Saúde. Política de Assistência Social. Política de álcool e outras drogas.	O artigo objetiva problematizar a intersectorialidade que se faz necessária nas ações de atenção em saúde mental e de proteção social aos usuários de drogas. Analisa as peculiaridades dos setores Saúde e Assistência Social no Brasil no contexto de ajuste estrutural econômico e sua determinação na focalização das políticas sociais, sob orientação das agências internacionais. A reforma psiquiátrica, na direção do respeito dos direitos e inserção social dos que sofrem psicicamente é o pilar da discussão. Discussão teórica de pesquisa em desenvolvimento com financiamento do CNPq.
12	POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL E A REALIDADE ALAGONA NO ENFRENTAMENTO DAS DROGAS	Rosa Lúcia Prêdes Trindade Maria Carolina Lins Da Silva Carla Suyanne Gomes Dos Reis Heline Caroline Eloí Moura.	Saúde Mental, Políticas Públicas ; Drogas; Privatização.	Este artigo é resultado de pesquisas realizadas no grupo de pesquisa Saúde Mental e sociedade vinculado a faculdade de serviço social da UFAL. Cujo o objeto de estudo se detêm nas políticas sociais que atuam sobre a temática das drogas, analisando as políticas públicas no Brasil e em Alagoas, mostraremos a relação público – privado que se estabelece nas instituições que atendem usuários de crack, álcool e outras drogas no estado de Alagoas, vimos que encontra-se em consolidação uma relação público - privado entre as instituições que atendem aos usuários de crack, álcool e outras drogas, demonstrando se que as políticas públicas são impactadas pelas iniciativas privatistas do capital, caracterizando uma rede privada e filantrópica.

ANEXO B – Tabela com artigos do XVI ENPESS 2018.

NÚMERO DO ARTIGO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR/A	PALAVRAS CHAVE	RESUMO
01	O SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS – CAPS. AD RENATO RUSSO– RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA.	Debora Holanda Leite Menezes, Cristiane Medeiros Dos Santos, Tatiana Chagas Pina.	Serviço Social, prática profissional, e Saúde Mental.	O assistente social vive dilemas contemporâneos propiciados pelo processo de reestruturação do capital, cujos reflexos atingem o Estado, a sociedade e o mundo do trabalho. Nesse cenário, observamos que a atuação do Serviço Social no campo da saúde mental, é um campo vasto e as ações da prática profissional, em sua maioria tem acontecido com as famílias. Sendo assim, pode-se dizer que é de extrema relevância reconhecer a realidade do CAPS AD na assistência dos usuários de álcool e drogas, assim como a atuação do Serviço Social na construção de cuidado ampliado em conjunto com as famílias.
02	REFLEXÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS A PARTIR DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA: questões teóricas para os direitos humanos.	Raquel Coelho Correa De Araujo.	Política Social, Saúde Mental, Drogas, Criminologia Crítica.	Este trabalho tem como objetivo abordar a temática das drogas a partir de uma perspectiva crítica que integre o debate da questão criminal e de saúde pública. A partir de referenciais teóricos da atenção psicossocial, da estratégia de redução de danos e da criminologia crítica, o trabalho problematiza a atual política de guerra às drogas e a função dos processos de criminalização na sociedade capitalista.
03	POLÍTICAS NACIONAIS DE DROGAS: um objeto de intervenção ao Serviço Social Brasileiro	Warllon De Souza Barcellos	Drogas; Luta Antimanicomial; Política Pública.	Este artigo tem por objetivo apresentar como se construiu historicamente a política sobre drogas no Brasil, seu desenvolvimento e manutenção em meio aos avanços neoliberais. Demonstrar como tais ações estão em desencontro com as propostas da luta antimanicomial estabelecida no Brasil e de uma política baseada em um tratamento de redução de danos. Destacamos que a política de drogas, na perspectiva antimanicomial, não está restrita a ser apenas uma política pública, mas existe uma proposta de transformação vinculada a um projeto societário, assim apontaremos os desafios que são postos ao Serviço Social brasileiro. O presente texto com base em uma reflexão teórica pautada no materialismo histórico dialético destacará também a liberdade, a emancipação e a defesa dos direitos humanos como pontos convergentes que sinalizam não só para a transformação de práticas, mas também para que seja possível a construção de uma nova ordem societária que não tenha qualquer discriminação, opressão e exploração e supere a propriedade privada

				dos meios de produção.
04	OS NOVOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DE DROGAS: um estudo exploratório no Município do Rio de Janeiro	Priscilla Dos Santos Peixoto Borelli Tavares, Magda Costa Barreto, Thiago Lopes Bezerra, Adriana Pereira Da Fonseca.	Política social; saúde mental; trabalho coletivo em saúde; processo de trabalho; Serviço Social.	Esse texto tem como objetivo investigar o trabalho dos assistentes sociais nos recentes serviços da rede de saúde mental do Rio de Janeiro, a saber, Consultórios na Rua (CNAR), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS ad II e III). Os resultados apontam que o Serviço Social é uma profissão requisitada nesses novos espaços sócio ocupacionais; as demandas perpassam a compreensão sobre as expressões da “Questão Social” para contribuir com a garantia de direitos e cidadania desses usuários, bem como discutir e defender a lógica da redução de danos com usuários e equipes.
05	SAÚDE MENTAL E DROGAS: o avanço do conservadorismo em tempos de golpe – o caso das comunidades terapêuticas	Jessica Souza De Farias, Rachel Gouveia Passos.	Saúde Mental. Drogas. Comunidades Terapêuticas.	O presente trabalho tem por objetivo traçar um breve histórico da Política de Saúde Mental no Brasil, buscando evidenciar seus avanços e retrocessos e identificar os impactos do neoliberalismo e do conservadorismo presentes no processo de incorporação das Comunidades Terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tal como os reflexos de sua inclusão e financiamento, especialmente na região da Baixada Fluminense, localizada no Estado do Rio de Janeiro.
06	SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE MENTAL E DROGAS: o trabalho profissional na estratégia atenção psicossocial.	Marco José De Oliveira Duarte, Magda Costa Barreto	Serviço Social; Grupos; Atenção Psicossocial; Saúde Mental; Drogas.	Problematiza-se o trabalho do serviço social com grupos na estratégia atenção psicossocial da política pública de saúde mental. Há uma lacuna na produção teórica do Serviço Social sobre o trabalho de grupo a partir do processo de trabalho na saúde. Traça-se as intervenções no campo da saúde mental e drogas, situando o trabalho profissional e essa estratégia no campo. Parte de levantamento bibliográfico sobre o dispositivo grupal e através da observação e análise dos registros do mesmo. Conclui-se que a estratégia de grupo vem a ser potente para o trabalho do Serviço Social, fortalecendo a autonomia e protagonismo dos usuários.
07	A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: TRABALHADORES DO TRÁFICO	Mayara Maria Alonge Dos Santos	Proibicionismo, Encarceramento, Lei de Drogas, Política de Drogas.	A presente pesquisa buscou compreender o impacto da política de guerra às drogas no encarceramento no país, através do estudo das origens da proibição de psicoativos nos Estados Unidos da América, enquanto estratégia para a manutenção do capitalismo, expandida a diversos países do mundo, como o Brasil. Por meio da análise crítica, identificaram-se as particularidades que constituem a política de drogas nacional e a conjuntura

				em que emergiu, bem como o superencarceramento seletivo da população pobre, negra, indígena e periférica no Brasil, como produto da nova "Lei de drogas". Neste cenário, também discutiremos a inserção dos chamados traficantes, enquanto trabalhadores.
08	A POLÍTICA SOBRE DROGAS E A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL	Camila Bassôa Dos Santos, Leonia Capaverde Bulla, Erika Scheeren Soares	Uso de Drogas; Políticas Públicas; Saúde Mental; Rede de Atenção Psicossocial.	Fundamentado no materialismo histórico-dialético, discorre-se, neste artigo, sob a luz da política de saúde, em especial a saúde mental, acerca da avaliação da Rede de Atenção Psicossocial no estado do Rio Grande do Sul, com análises das políticas nessa área, dialogando com as avaliações feitas por usuários de drogas e seus familiares, gestores e trabalhadores dos serviços dessa rede. Busca-se trazer contribuições com vistas à qualificação das políticas em direção à efetivação da atenção integral aos sujeitos que dela necessitam, frente aos desafios de um contexto de mercantilização dos direitos sociais.
09	AS DROGAS NA FAMÍLIA QUE TEM O IDOSO COMO PROVEDOR E FAMILIAR DE REFERÊNCIA NA REDE	Erika Scheeren Soares, Leonia Capaverde Bulla	Drogas; Família; Idoso; Envelhecimento; Rede de Atenção Psicossocial.	Este artigo traz à discussão as repercussões das drogas nas famílias, que sofrem os impactos sociais, emocionais e econômicos do uso abusivo dessas substâncias por um ou mais de seus membros. Destaca as famílias em que o idoso é o provedor e familiar de referência na rede de atenção aos usuários, desvelando suas próprias carências de suporte social para a tarefa de cuidador e mantenedor. Reafirma o papel do Estado na condução das políticas de proteção social, apontando para a necessária qualificação da rede de atenção aos usuários de drogas e suas famílias, ampliando os investimentos na área.
10	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDUÇÃO DE DANOS EM RELAÇÃO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	Fabiano De Almeida Pereira	Drogas, Redução de Danos, Assistente Social.	Este estudo versa sobre a atuação do assistente social na redução de danos em relação aos usuários de álcool e outras drogas, buscando analisar como esta categoria profissional vem discutindo a questão do uso de drogas na sociedade e como se dá sua prática profissional na perspectiva da redução de danos, tendo como base as produções científicas da área. São discutidos aspectos das suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional que embasam o trabalho profissional e o vincula com os princípios e valores do Projeto Ético Político do Serviço Social.
11	SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E	Rosa Lúcia Prêdes Trindade,	Saúde Mental; Serviço Social; Política sobre	Na busca de contribuições para o entendimento da inserção do Serviço Social em instituições que intervêm sobre

	NA POLÍTICA SOBRE DROGAS NA ATUALIDADE	Marcela Marcelino De Sousa Alves, Jislayne Feitosa Da Silva, Heline Caroline Eloi Moura, Rafaela Gomes Cavalcante Marques Oliveira.	drogas.	demandas sociais decorrentes de problemáticas relacionadas a saúde mental e/ou uso de álcool e outras drogas, discorremos sobre os desafios históricos postos entre a relação do modelo hospitalocêntrico e as propostas substitutivas, abertas e de base comunitária que percorrem o Serviço Social. Constatamos que a inserção do Serviço Social na saúde mental se dá ainda nos moldes do hospital psiquiátrico, mas se alarga com a criação do modelo substitutivo. Contudo, observa-se que há uma escassez da produção científica nesta área, inversamente proporcional ao crescimento da presença de assistentes sociais em serviços de saúde mental e/ou serviços direcionados às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas.
12	ENTRE O AVANÇO DO ESTADO PENAL E A REDUÇÃO DO ESTADO SOCIAL: O impacto da violência estrutural e do tráfico de drogas nas trajetórias das juventudes com precário acesso às políticas públicas	Giovane antonio scherer, camila bassôa dos santos, vanelise de paula aloraldo, cintia florence nunes	Juventudes; Estado Penal; Tráfico de Drogas; Políticas Públicas.	As juventudes têm sido impactadas pelo avanço do Estado Penal e redução do Estado Social, desencadeado pela crise contemporânea de acumulação do capital, culminando no processo de criminalização da pobreza. É crescente o encarceramento e a mortalidade juvenil, enquanto essa mesma juventude é apontada como responsável pela violência urbana. Com fundamentação materialista histórico-dialética, trazem-se análises a partir da trajetória de vida de jovens envolvidos com o tráfico de drogas, para identificar o seu acesso aos direitos sociais e suas vivências até a privação de liberdade. Pretende-se contribuir com subsídios para a qualificação das políticas públicas para esse segmento social.
13	“QUESTÃO DAS DROGAS” E SERVIÇO SOCIAL: contribuições para o debate.	Ana beatriz Nobre Dias, Ernandes Victor Gomes Pereira, Juliana Frota Dourado, Raí Vieira Soares.	“Questão das drogas”; Direitos Humanos; Serviço Social.	O presente artigo tem por objetivo promover uma reflexão em torno do uso de substâncias psicoativas e a relação com o Serviço Social. Valendo-se do contexto histórico que há em torno do tema, o papel do Estado e sua articulação com os Direitos Humanos. E por fim, discutir o posicionamento do Serviço Social através de suas entidades representativas, com destaque para o Conselho Federal de Serviço Social. A pesquisa foi de natureza qualitativa, realizado por meio de levantamento bibliográfico, através de produções especificamente relacionadas à “questão das drogas”.
14	JUVENTUDE (S) DA PERIFERIA: vulnerabilidade e o tráfico de drogas	Tatiane Pereira dos Santos	Juventudes. Vulnerabilidade. Tráfico de drogas.	O trabalho propõe analisar a situação de vulnerabilidade que permeiam as juventudes de periferia e a sua inserção ao tráfico de drogas. Na metodologia trata-se de pesquisa bibliográfica desenvolvendo a

				técnica de revisão literária. Nos resultados verificou-se que as juventudes experimentam a situação de vulnerabilidade tais como: a falta de perspectiva de trabalho, evasão escolar, pouco acesso às redes socioassistenciais, violência, etc. presentes nestas comunidades. Assim, observou-se a negação dos direitos sociais das juventudes da periferia, a precarização das Políticas públicas nesse processo.
15	Mulheres e tráfico de drogas: do encarceramento às penas e medidas alternativas.	Erika Regina Ferreira Machado	Mulheres, tráfico de drogas, Penas Alternativas.	O presente ensaio buscará uma breve análise sobre o envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas, fruto da pesquisa em andamento para o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. A pesquisa surgiu por conta do número de mulheres cumprindo Penas Alternativas na VEP – TJRJ por esta tipificação penal. Por isso, será importante abordar a contextualização da subjugação do sexo feminino no modelo patriarcal e o encarceramento feminino na questão da Lei das Drogas (2006). Por fim, será brevemente relatado o processo de trabalho da equipe técnica (Serviço Social) que atende essas mulheres ao cumprimento de Penas Alternativas.
16	ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: Os conflitos vivenciados por sujeitos em cumprimento de pena restritiva de direitos – do sentenciamento ao acesso ao cuidado em saúde.	Ana Vitória Gutierrez Carvalho	Políticas públicas; álcool e outras drogas; intersectorialidade.	O presente trabalho propõe uma análise acerca dos conflitos vivenciados pelos sujeitos em cumprimento de Pena Restritiva de Direitos e os entraves quanto ao acesso ao cuidado em saúde referente ao uso abusivo de álcool e outras drogas na perspectiva das ações intersectoriais.
17	“QUESTÃO DAS DROGAS” E O SERVIÇO SOCIAL: um desafio posto à profissão.	Cynthia Studart Albuquerque	Drogas; Questão Social; Criminalização da Pobreza.	O artigo problematiza a “questão das drogas” como uma das expressões da “questão social” na sociedade brasileira em suas múltiplas determinações. Para isso, trata da relação das drogas com a “questão social” e debate sobre a importância da economia política das drogas no capitalismo contemporâneo. Nessa direção, discute sobre os desafios colocados ao Serviço Social brasileiro para construção de respostas profissionais consonantes ao projeto ético-político para seu enfrentamento.
18	O SIGNIFICADO SOCIAL DOS USOS DE DROGAS NO BRASIL: desafios para o trabalho do Serviço Social.	Rita de Cássia Cavalcante Lima	Serviço Social; higienismo; proibicionismo às drogas; valores; comunidades	Esse texto recupera o significado social dos usos de drogas no Serviço Social. No cenário recente, a partir de 2010, a “epidemia do crack” atualizou o higienismo presente na sociedade e na profissão, atualizando práticas punitivas no âmbito

			terapêuticas.	das políticas sociais públicas regressivas e na onda reacionária que rebate no Serviço Social. O caráter alternativo das escolhas de valor postas aos assistentes sociais desafia a direção social da profissão, sobretudo, quando analisamos a institucionalização das comunidades terapêuticas religiosas e a afirmação dos direitos aos indivíduos participantes dos mercados das drogas – usuários e trabalhadores do tráfico.
--	--	--	---------------	--